

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PROGRAMA
UBERLÂNDIA
PARA OS 99%

Prefeito:

Co-prefeita (Vice):

WALLACE ALVES e LILIANE CIRINO



UMA UBERLÂNDIA PARA OS 99%

Mais do que um mote, essa foi a inspiração da construção coletiva que orientou esse programa. Um programa em construção contínua, que não se encerra neste documento, mas que será plataforma de constante aprimoramento através da expressão do poder popular em nossa gestão.

O Partido Socialismo e Liberdade realizou convocações públicas pelas redes sociais, inaugurando Grupos de Trabalho em dezoito eixos temáticos diferentes, com ampla participação da comunidade, e compartilhamento aberto das agendas de reuniões. Após dezenas de encontros, esse documento sintetiza as necessidades, demandas, anseios, e sonhos da nossa gente.

Você é parte disso, mesmo que não tenha havido participação direta, você faz parte desses 99%, desses a quem chamam de “povo”, desses a quem chamamos de “nós”! Nós temos as lutas, pautas, ideias, princípios, e valores que não nos deixam arredar o pé. Nós temos corpos diversos, vozes diversas, origens diversas, e uma vontade comum de superar as opressões. Nós resistimos cotidianamente, porque somos muitas e muitos, e não negociamos nossos sonhos. Nossa esperança não está à venda!

Esse é um projeto de subversão da política tradicional, um projeto de pressuposto revolucionário, anticapitalista, feminista, ecossocialista, que defende a diversidade sexual e de gênero, que milita pela acessibilidade, pela Reforma Agrária, pelos movimentos de ocupação, pela causa animal, e pela defesa intransigente e irrestrita dos serviços públicos, sobretudo educação e saúde universais e gratuitas. Por um sistema de mobilidade universal, eficiente, e gratuito. Pelo fim da violência policial nas periferias. Por uma política participativa de acesso e direito à cidade. Por justiça social.

Os únicos interesses que não estão encampados neste programa são os privilégios do 1% da população, que tradicionalmente e historicamente define o rumo de nossas vidas. Esse é o manifesto que afasta e rejeita tais rumos, ao passo que aponta caminhos para uma política radicalmente democrática, e profundamente empática.

SISTEMÁTICA

Entenda e se localize no Programa.

Conforme visto, na dinâmica de debates para construção dos princípios e propostas que traremos à baila no decorrer deste documento, lançamos como base três pressupostos: (1) o chamamento amplo e aberto nas diversas redes sociais; (2) a organização dessa força programática voluntária em dezoito Grupos temáticos, para compartilhamento de informações, materiais, e experiências sobre os assuntos diversos inerentes a cada GT; (3) realização de encontros virtuais, em cada grupo temático, para análise, exposição e apreensão das realidades e, em momento posterior, propositura das ações concretas que compõem nossa estrutura programática.

Assim, organizamos as propostas resultantes deste processo em cinco eixos. A ideia foi oferecer, dentro de cada um desses eixos, as respostas e anseios que são interdependentes entre si, de forma a proporcionar uma imagem eloquente das transformações que são estruturais para cada âmbito da nossa vida.

○ **Eixo Um: Direito à Cidade** trata dos verbos mais básicos para se dizer que alguém EXISTE em qualquer espaço: morar, ir e vir, sustentar, participar, acessar. Aqui, portanto, estão as propostas sobre Habitação, Mobilidade, Emprego e Renda, e Poder Popular.

○ **Eixo Dois: Combate às Opressões** dialoga sobre justiça social, equidade, e cuidado com aqueles que estão às margens da dignidade e da representatividade. Neste eixo você encontrará os debates sobre Direitos Humanos, Negritude, Mulheres, LGBTQIA+, Acessibilidade, e Vulneráveis Sociais.

○ **Eixo Três: Promoção Social** traz os nossos serviços públicos essenciais, aqueles que garantem e aperfeiçoam a cidadania. São os temas que transformam o ser humano e a sociedade, que transformam as existências em vidas, de fato: Educação, Cultura e Arte, Lazer e Esporte, Saúde, e Segurança.

○ **Eixo Quatro: Ecosocialismo e Bem Viver** reúne as lutas que atravessam e transcendem nossa sociedade humana. Falamos sobre a comunidade que queremos, comunidade no sentido antropológico e ecológico do termo. O equilíbrio ambiental é nosso direito fundamental difuso e coletivo, e sua ausência afeta todo e qualquer outro direito que


possamos pactuar. Na defesa intransigente desse direito, encaminhamos propostas sobre Meio Ambiente, Agroecologia e Segurança Alimentar, Assentamentos da Reforma Agrária, e Causa Animal.

O **Eixo Cinco: Superando a Pandemia** parte do reconhecimento de que nossa gestão terá o desafio de frear o avanço do vírus, proteger e socorrer as urgências das nossas classes sociais mais vilipendiadas por essa tragédia, e restaurar a confiança da nossa comunidade na gestão pública, no poder popular, e na certeza de uma cidade que pode fazer mais e melhor pelo seu povo.

EIXO UM: DIREITO À CIDADE
Página 16

HABITAÇÃO		19
MOBILIDADE		20
 EMPREGO E RENDA		21
PODER POPULAR		23

EIXO DOIS: COMBATE ÀS OPRESSÕES
Página 24

DIREITOS HUMANOS		32		36
NEGRITUDE		33	VULNERÁVEIS	37
 MULHERES		34		
LGBTQIA+		35		

EIXO TRÊS: PROMOÇÃO SOCIAL

Página 41

EDUCAÇÃO

47

SEGURANÇA

53

CULTURA E ARTE

49



LAZER E ESPORTE

50

SAÚDE

51

EIXO QUATRO: ECOSSOCIALISMO E BEM VIVER

Página 54

MEIO AMBIENTE

60

AGROECOLOGIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E
SEGURANÇA ALIMENTAR

62



CAUSA ANIMAL

65

EIXO CINCO:



SUPERANDO A PANDEMIA!

66

O PLEITO DE 2020

Por que disputar?

O golpe parlamentar de 2016, que culminou na arbitrária deposição da presidenta Dilma Rousseff, pôs fim à tradicional polarização PT/PSDB, que se consolidou com o advento da redemocratização a partir de 1985. Se antes já era inafastável a necessidade de que o Partido Socialismo e Liberdade reivindicasse uma agenda de ruptura com o sistema de exploração do trabalho e da terra, os eventos que sucederam o golpe de 2016 radicalizaram essa necessidade. Temos, mais do que nunca, uma urgência enquanto sociedade.

Evidente que o golpe de 2016 não foi ato isolado, fortuito, e inescapável. As sucessivas crises financeiras internacionais, ocasionadas pela eclosão da bolha imobiliária que liquidou o mercado financeiro americano em 2007/2008, estrangularam gradativamente as expectativas de ascensão social que encantaram o país no início da década, sobretudo por conta das políticas bem sucedidas de assistência social e garantia do acesso popular ao ensino superior, que nortearam as primeiras gestões do Partido dos Trabalhadores.

Enquanto ficava evidente que essa política conciliatória dos governos petistas, marcada pelo não enfrentamento estratégico dos privilégios das elites dominantes, estava prestes a ruir; o distanciamento das bases sociais abriu espaço para a desmobilização popular, e o conseqüente paradigma da despolitização das massas. Em outras palavras, não havia organização dessa revolta, assim como não havia formação de base que orientasse as diversas lutas e pautas. Nesse panorama, as redes sociais se tornaram terreno fértil para surgimento de movimentos apartidários e até anti-politizantes, nutridos a partir de revisionismos históricos e teorias da conspiração, posteriormente conhecidas pelo termo “fake news” (notícias falsas, em tradução livre).

O sintoma mais notório desse processo foram as manifestações de massa que eclodiram a partir de junho de 2013. Um pequeno movimento que começou em São Paulo – cerca de 500 manifestantes no primeiro ato – originado a partir de organizações partidárias da esquerda radical, e que tinha como pauta o combate ao reajuste da tarifa do transporte público em vinte centavos; rapidamente proliferou-se pelo país, tornando-se cada vez mais disforme em suas pautas e

finalidades. Isto é, o movimento dessas bases partidárias, que nasceu do debate sobre a mobilidade como um direito social e, portanto, um serviço público essencial que deveria ser garantido de maneira universal, converteu-se em palco para discursos genéricos de combate à corrupção. Nessa esteira, a atuação das grandes corporações de mídia tradicional foi decisiva para que houvesse a cooptação das pautas e dos agentes que encampavam as lutas que inicialmente mobilizaram as ruas. Em certo momento, as manifestações “anti-corrupção e apartidárias” eram convocadas diretamente da bancada do Jornal Nacional (Grupo Globo), convocação direcionada à uma classe média despolitizada e extremamente susceptível ao antipetismo, que inicialmente esboçou-se apenas como uma agenda de reabilitação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) como alternativa no pleito de 2014.

O antipetismo fez sua primeira demonstração de força nas eleições de 2014, quando o PT teve sua vitória mais apertada nas urnas desde o pleito de 2002. Esse também foi o ano que marcou o início da espetacularização midiática da Operação Lava-jato que, além de intensificar o projeto antipetista em curso, ainda promoveu uma criminalização das esquerdas, rotulando-as como corruptas e/ou lenientes com a corrupção. À essa altura, os movimentos de rua já estavam completamente tomados por grupos conservadores, fundamentalistas, monarquistas, e defensores da ruptura democrática em favor da intervenção militar no governo.

Com a recessão econômica, o ano de 2015 confirmou o cenário de completa ingovernabilidade para a presidenta reeleita, Dilma Rousseff. Diante da sanha golpista já em articulação, o Partido dos Trabalhadores tenta manobrar algum apoio político através do aprofundamento do projeto de conciliação, chegando ao ponto de aderir ao projeto liberal simbolizado pela nomeação de Joaquim Levi para o Ministério da Economia. Nesse contexto, os telejornais banquetevam-se com as delações premiadas de corporações que historicamente corrompiam as relações públicas através de elaborados sistemas de lavagem de dinheiro. O enfoque da maioria dessas denúncias, meticulosamente induzidas e manipuladas pelo Ministério Público e pelo então juiz Sérgio Moro, como restou comprovado posteriormente, era atingir e criminalizar parlamentares e lideranças de esquerda, sobretudo da base petista.

Em 2016, enquanto as manifestações de rua nitidamente esboçavam a polarização política que seria a tônica dos anos vindouros, deu-se o rompimento do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) com a base do governo, colocando fim à aliança que governou o país por treze anos. Como o PMDB, à época, mobilizava a maioria numérica do Congresso, ocupando, inclusive, a presidência das duas casas, a dissolução da aliança foi definitiva para o afastamento e posterior deposição da presidenta Dilma Rousseff. Ao passo em que a tônica nacional era o combate à corrupção, o Brasil assistiu, irresoluto, à queda de uma presidenta legitimamente eleita e sobre a qual não pesava qualquer indício de corrupção, em um processo engendrado por agentes comprovadamente corruptos, a exemplo do Deputado Eduardo Cunha, à época presidente da Câmara, que foi preso algumas semanas após o golpe. Isso sem mencionar o próprio Presidente empossado, Michel Temer, contra o qual depunha ampla base probatória que apontava seu envolvimento em inúmeros esquemas de corrupção.

O golpe parlamentar e midiático de 2016 proporcionou um vácuo de poder sem precedentes, na medida em que as três forças partidárias que nortearam as disputas políticas dos últimos trinta anos – PT, PSDB, e PMDB – foram progressivamente desacreditadas, movimentos de extrema-direita ganhavam cada vez mais repercussão, organizando-se em torno de figuras como Jair Bolsonaro e Sérgio Moro. Nesse sentido, as campanhas publicitárias lavajatistas, patrocinadas pela imprensa tradicional em seus periódicos, acirraram ainda mais um senso de rejeição aos projetos de esquerda no país. No cenário internacional, a vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016 foi um incremento na normalização e popularização dessas lideranças com discursos nacionalistas, elitistas, xenofóbicos, racistas, misóginos, e homofóbicos.

Paralelamente, o governo Temer (2016-2018) inaugurou uma agenda neoliberal de desmonte do Estado, disfarçada sob o mote de “reforma”, de austeridade financeira nas contas públicas. Estava gestada a nefasta “PEC do Teto de Gastos”, que congelou por vinte anos os investimentos públicos em saúde, educação, segurança, infraestrutura, e serviço público. Além disso, sob a premissa de retomada do pleno emprego e atração do investimento privado, deu-se o desmantelamento completo das normas trabalhistas, retirando-se direitos sociais conquistados pelas lutas históricas dos trabalhadores, se

asseverando os cenários de exploração do trabalho, e aprofundando as condições precárias do emprego informal, terceirizado, e insalubre.

O ano de 2018 representou o auge da polarização política entre essas narrativas emergentes de extrema-direita, e as pautas caras aos movimentos sociais de esquerda. Nesse contexto, o crescente anseio popular por alternativas que viessem de fora dos eixos da política tradicional foi capitalizado pelo antipetismo e pelo lavajatismo, assentando-se gradativamente em torno da figura de Jair Bolsonaro, que nas pesquisas preliminares já era apontado como expoente competitivo para o pleito daquele ano. Entretanto, consolidado com ampla margem na liderança dessas pesquisas preliminares, estava o ex-presidente Lula. O extremismo desaguou-se em terrorismo, com a comitiva petista sendo alvejada a tiros durante evento no Paraná.

Em março de 2018, pela defesa das populações periféricas do Rio de Janeiro contra a intervenção militar decretada por Michel Temer, a vereadora do PSOL Marielle Franco, bem como seu motorista Anderson Gomes, foram brutalmente assassinados pela milícia organizada. Menos de um mês depois, através de um julgamento constrangedoramente ilegal, o ex-presidente Lula tem a prisão decretada, tornando-se inelegível. A gradativa ruptura democrática nos trouxe ao gravíssimo momento em que, durante os julgamentos que condenaram Lula à prisão, o Comandante Geral do Exército – General Villas Boas – endereçasse ao Supremo Tribunal Federal ameaças veladas de intervenção, em nome do “clamor popular”. Estava preparado o ambiente que levaria Jair Bolsonaro, confesso entusiasta da ditadura militar e seus métodos, à presidência da República.

O pleito de 2018, marcado pela intensa renovação de quadros políticos, ocasionou a formação da maior bancada de extrema-direita da história do nosso país, com o Partido Social Liberal (legenda em que Bolsonaro disputou as eleições) formando maioria entre as siglas na Câmara dos Deputados. No âmbito do estado de Minas Gerais, a conjuntura que se impôs ao país ficou manifesta pela ascensão meteórica de Romeu Zema, do Partido Novo, que reprisava regionalmente o discurso do “outsider” político (aquele que vem de fora do sistema), que repercutia as pautas fundamentalistas e conservadoras nos costumes, e que defendia um sistema econômico liberal, de extenuação do Estado e dos serviços públicos. Pegando carona na onda bolsonarista, Romeu Zema foi eleito governador de Minas Gerais.

Descrever a política de terra arrasada que se recrudesciu a partir de 2019 ainda é um desafio. Cortes no orçamento da Educação; extinção das políticas de incremento à ciência; hostilidade contra as Universidades públicas; supressão do Ministério da Cultura e controle ideológico da produção nacional; cortes nos programas de assistência social; perseguição de servidores públicos, especialistas, e cientistas; desmonte do Ministério do Meio Ambiente, dos Conselhos, e das políticas de fiscalização que orientavam a preservação do Patrimônio Natural, culminando em desastres de grandes proporções, como o “dia do fogo” na Amazônia. O ataque direto do governo a órgãos como FUNAI e ICMBio, que propiciou o avanço de garimpeiros e latifundiários em terras indígenas, quilombolas, e Unidades de Conservação. A repressão violenta aos movimentos populares ligados à reforma agrária. A criminalização dos movimentos anti-racistas, anti-fascistas, das manifestações em defesa dos direitos LGBTQIA+, e das expressões culturais periféricas. A aprovação do malfadado “Pacote Anticrime”, que sequestrou o debate sobre segurança pública e encarceramento para uma lógica punitivista, armamentista, e profundamente eugenista.

Nesse ambiente, as manifestações de rua pró-governo passaram a encampar, aberta e eloquentemente, pautas autoritárias de ruptura democrática, como o fechamento do Supremo Tribunal Federal, dissolução do Congresso Nacional, e até mesmo a defesa de um novo AI nº 5 (Ato Institucional nº5), a exemplo daquele que, na época da ditadura, cassou direitos civis e legou à ilegalidade as expressões políticas de oposição ao governo.

Isso sem mencionar a conturbação diplomática a qual o país esteve constantemente submetido, afastando-se de nações historicamente parceiras, e assumindo um papel de subserviência aos interesses norteamericanos. Isso sem mencionar os escândalos de corrupção, as manobras do Presidente para blindar seus protegidos, chegando a intervir na Polícia Federal, o envolvimento e estreito relacionamento com notórios milicianos do Rio de Janeiro, alguns deles envolvidos no assassinato de Marielle Franco. Isso sem mencionar o avanço do desemprego e do subemprego, da desigualdade social, a política econômica desastrosa, a desvalorização da moeda, a privatização das nossas estatais a preço de banana.

Não obstante à absoluta gravidade de todos os principais eventos dessa conjuntura Bolsonaro/Zema, narrados aqui em apertada síntese, o grande ataque aos direitos historicamente conquistados por

gerações de trabalhadores ainda estava por vir: o desmonte da nossa previdência social. Novamente com o discurso de austeridade econômica e atração de investimentos privados, os trabalhadores experimentaram o ataque ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), além da mudança no cálculo da aposentadoria, que causará diminuição significativa na percepção do benefício de aposentadoria, e o aumento do tempo de contribuição e idade mínima, entre outras perdas.

O próximo alvo já está escolhido: a tramitação da Reforma Administrativa pretende barrar reajustes aos trabalhadores dos serviços públicos, além da extinção do direito à estabilidade. Afora permitir a intervenção direta do governante nos órgãos de regulação e fiscalização, tendo em vista que a estabilidade do servidor é o que garante ao agente público a possibilidade de se opor e expor ilegalidades na condução da coisa pública; essa reforma também tem por finalidade última o sucateamento dos serviços públicos e loteamento político das instituições do Estado brasileiro, para, a partir de então, reunir argumentos e aprovação popular para transferir os bens públicos às mãos da iniciativa privada.

Em se tratando de Uberlândia, a gestão Odelmo Leão (Partido Progressista), que em 2020 conclui seu terceiro mandato no município, faz parte do mesmo conglomerado ideológico e partidário das gestões estadual e federal. Reproduz a cruel lógica neoliberal de controle das elites sobre os rumos das políticas públicas, alinhada ao setor da especulação imobiliária, das organizações de industriais e empresariado, ruralistas, entidades patronais, e demais articulações que representam esse 1% de privilegiados que efetivamente ocupam a cidade.

Uberlândia também protagonizou em 2019 um escândalo de reverberação nacional. À habitual moda lavajatista, o Ministério Público local conduziu duas investigações que resultaram, ao total, na prisão de vinte vereadores, e renúncia imediata de outros dois. Algumas ações e processos de cassação, manifestamente ilegais, foram posteriormente revertidos na justiça, embora o estrago da criminalização política seja irreversível.

Não bastasse a conjuntura lastimável de corrosão democrática preposta nas esferas federal, estadual e municipal, o ano de 2020 redobrou os nossos desafios pelo surgimento da pandemia mundial causada pelo novo coronavírus (SARS COVID-19). São milhões de

pessoas doentes, centenas de milhares de famílias desoladas pela perda de seus entes queridos, um sistema de saúde em franco colapso, o agravamento do desemprego, da pobreza, e da desigualdade social.

É nesse contexto que o PSOL acertadamente se coloca como alternativa para a superação desse modelo de opressões sistemáticas, de desvalorização e relativização da vida, de desmonte dos direitos sociais, de perda das estruturas mais básicas de subsistência. É por isso que o PSOL precisa se colocar, para propor aquilo que não estará em outros programas postos. Propor a superação desse modelo de exploração do capital, do trabalho, da terra, do meio ambiente. Propor um modelo de gestão que nos leve a uma experiência de genuíno poder popular. Propor os caminhos de uma atuação política que nos devolva a esperança, a expectativa do bem, a prática do bem-viver.

E POR QUE O PSOL?

Somos uma construção coletiva formada a partir de lideranças dos mais diversos movimentos sociais de base. Gente que resiste, que mobiliza, e que dedica suas vidas cotidianamente a essas causas, mesmo sem cargo político, mesmo sem ganhar nenhum centavo para isso. Gente que acredita na transformação de corações e mentes. Gente que acredita em sua gente. Estamos enraizados em todas as regiões da cidade, com representantes de todas as vertentes de luta, e o compromisso coletivo de que todas as pautas terão expressão nos espaços de poder, independente de quem for eleita ou eleito.

É por isso que nos organizamos na campanha coletiva “SOMOS SEMENTES!”. Somos as sementes de cuidado, de preservação, de saúde, de igualdade, de dignidade, de transformação, de justiça social. Somos as sementes do Cerrado, que sobrevivem ao solo seco, ao chão quente, ao estio, e ao pisoteio. Nós germinamos mesmo assim, nosso movimento floresce, e espalhamos novas sementes de luta.

Não bastasse o histórico de luta e engajamento popular de cada um e cada uma que se coloca nesse projeto por uma cidade para os 99%, há o diferencial da construção pública, coletiva, e horizontal do nosso Programa de Governo. Nada sobre o povo, sem o povo. “Nada sobre nós, sem nós”. Começamos pelo único caminho em que se pode começar: o diálogo com as bases, o cuidado com as necessidades

específicas, a capacidade de inspirar e reinspirar, de devolver a fé na comum unidade, de se sentir parte e de ter valor nessa comunidade.

Somos a representatividade que diretamente ocupará os espaços de debate e decisão. Somos negras e negros, LGBTQs, mulheres feministas, professoras e professores, ambientalistas, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, assentadas da reforma agrária, lideranças das ocupações, artistas e agitadoras culturais. Somos corpos diferentes, que lutam pela acessibilidade, pela mobilidade, pelo direito de ocupar a cidade. Somos dos terreiros, das missas, dos cultos, e dos Centros. Somos do Estado laico. Somos pais e mães. Somos mães solo. Somos por todas e quaisquer configurações de família onde impere o amor, o respeito, e o cuidado mútuo. Nós reunimos os 99%.

É por isso que, a partir dos próximos tópicos, apresentaremos a síntese das propostas resultantes desse trabalho horizontal e coletivo. Já que o desafio não é modesto, nossas apostas também não são: temos urgência em cada proposta colocada, temos urgência na subversão dos pressupostos dominantes, que ainda norteiam esse Estado burguês violento, corrupto, injusto, e autoritário.

Partimos da ressignificação do termo “austeridade financeira” nas contas públicas. A máxima de que “o Estado está quebrado” serve a quem? Serve às elites econômicas, que controlam as mídias de comunicação em massa e nossas instituições democráticas, e que alardeiam essa tese de que a única saída para reabilitar o orçamento público é cortando os direitos sociais das camadas mais vulneráveis da população, “cortar na carne do povo”. No fim, retiraram nossos direitos trabalhistas, acabaram com a nossa aposentadoria, congelaram o investimento público nos serviços prestados, e de que adiantou? Se ninguém consegue emprego, se ninguém teve seu salário aumentado, se a vida de ninguém melhorou, para onde foi o dinheiro? Basta consultar os lucros dos bancos, instituições financeiras, especuladores do Mercado, das grandes corporações multinacionais. Esses bateram recordes de lucro em plena crise. Isto é, crise para quem?

O PSOL acredita que austeridade financeira é, na verdade, reformular a nossa política tributária, instituindo impostos progressivamente mais altos sobre as fortunas multi-milionárias, sobre os patrimônios vultosos, sobre os donos de vastas extensões de terras urbanas e rurais. Somos pelo IPTU progressivo, pela função social do território, pela taxaçoão sobre o uso e exploração do meio ambiente. Somos pela revisão das políticas de incentivos fiscais, através da

assunção de critérios transparentes e socialmente justos para alocação desses recursos. Isso é austeridade financeira de verdade: o enfrentamento das gravíssimas distorções nas receitas públicas. Suprimir os direitos das camadas mais vulneráveis, ao passo em que se injeta milhões de reais em empresas parceiras do governo, não é austeridade: é covardia!

Por esse preâmbulo, ficam indicados os enfrentamentos que faremos para garantir uma política de transferência de renda social ao cidadão, garantindo os proventos básicos das famílias mais pobres. Queremos também a tarifa zero no transporte público, o que significa o direito à mobilidade gratuita, universal, e eficiente. Direito efetivo de ir e vir, de ocupar a cidade. Falando em ocupar, esse orçamento também garantirá um amplo programa de habitação social, bem como a regularização e implantação de infraestruturas nas ocupações já existentes. Não nos furtamos em asseverar que ampliaremos os gastos públicos com a melhoria e estruturação dos serviços públicos prestados, bem como a garantia de salário justo aos servidores e servidoras, além da implementação do piso salarial para os professores e professoras.

Responsabilidade fiscal é assegurar o financiamento daquilo que é essencial ao povo, e descontinuar aquilo que só interessa a 1%. É primar pela proporcionalidade nas relações, tendo em vista exigir mais de quem pode mais, e menos de quem pode menos.

Nesse sentido, a única garantia que efetivamente sujeita a execução de qualquer Programa de Governo é a maneira como esse movimento se constrói e se constitui desde o início da campanha. Isso posto, o Partido Socialismo e Liberdade tem como princípio a não aceitação de doações que advenham de pessoas vinculadas a grandes corporações, de latifundiários, dos grandes operadores do sistema financeiro, e de quaisquer outros agentes que, tradicionalmente e historicamente, assediam os representantes eleitos para consecução dos seus interesses privados. Da mesma forma, o PSOL não se coliga com outras forças partidárias para mera capitalização na disputa eleitoral. Nossas alianças, quando feitas, são programáticas e conjunturais, com base na convergência de ideias e projetos.

O PSOL representa a reforma política de base, voluntária e consciente. Política, para nós, só se for assim, porque assim cada voto se torna mais do que a disputa de um pleito, se torna senso crítico enraizado na sociedade, e essa é a nossa verdadeira disputa.

A seguir, as propostas do PSOL para os 99% de Uberlândia. Permita-se sonhar, porque o sonho vira verbo, o verbo vira ação, e a ação transforma futuros.

EIXO UM: O DIREITO À CIDADE

Habitação, Mobilidade, Emprego, Renda, Poder Popular

Uberlândia é uma cidade para poucos. Enquanto o sonho da casa própria fica cada vez mais distante, o desafio mais básico aqui é conseguir moradia decente a um preço justo de aluguel. Uma missão quase impossível. As poucas e insuficientes medidas para atender a demanda por moradia social na cidade foram feitas naquele modelo ultrapassado de colocar o povo para viver nas bordas, nas margens do centro urbano, aonde não chega transporte, não tem creche, não tem escola, não tem unidade de atendimento básico de saúde, não tem estruturas de lazer e segurança pública, quanto menos de produção e acesso à cultura. Enquanto isso, os bairros tradicionais da cidade, melhor localizados e estruturados, são repletos de lotes e casas desocupadas, destinados à especulação imobiliária para lucro de alguns poucos magnatas do setor. Esse modo de pensar e conduzir os projetos de habitação é responsável pela intensificação das diferenças entre classes sociais, já que segrega para as periferias as famílias em vulnerabilidade econômica. Além disso, é importante ressaltar a violência arquitetônica que é renegar ao pobre o direito de possuir um lar que represente esteticamente seus moradores, ao invés de conjuntos com milhares de casinhas idênticas.

Não bastassem os problemas intrínsecos desse tipo de projeto, quando ocorrem, são longas filas de uma espera interminável para a pessoa ser contemplada. Moradia digna é uma urgência, uma necessidade básica, e é por isso que o povo das lutas se organiza em ocupações, porque sabem que o Estado nada lhes dará sem luta, sabem que historicamente é assim. Precisamos acolher e respeitar nossa população que vive nas ocupações da cidade. Para além de regularizar o espaço e os títulos de propriedade, colocar o corpo técnico da Prefeitura e alocar recursos específicos para assegurar as estruturas de urbanística, serviços públicos, espaços institucionais, e áreas de lazer e preservação do ambiente.

Como se o simples ato de morar já não fosse penoso o bastante em Uberlândia, se deslocar pela cidade é um privilégio de bem poucos. O transporte público, apesar de tão caro, não oferece conforto e dignidade aos passageiros, não oferece condições de saúde e de segurança, não oferece rapidez e eficiência. O resultado é que o povo perde horas do dia para ir e voltar das jornadas de trabalho e estudo,

além de gastar boa parte do orçamento familiar com esse serviço, e simplesmente não desfrutar dos espaços urbanos de lazer, cultura, e convivência social – já que não sobra dinheiro para o deslocamento com essas finalidades.

Infelizmente, isso não é uma coincidência trágica: nossa cidade foi construída para ser assim, para garantir que o pobre trabalhador não ocupe os espaços públicos, não conviva com a cidade. Historicamente, a cidade tem adotado uma forma de ocupação pela distribuição das famílias dos(as) trabalhadores(as) e das camadas menos favorecidas em bairros construídos nos arrabaldes, para além de áreas verdes e dos loteamentos vazios. Exemplos históricos são bairros como o Alvorada, Luizote de Freitas, Santa Luzia, Tocantins, Aclimação, Ipanema, Dom Almir, e Custódio Pereira; assim como o bairro Canaã, o São Jorge, o Gramado, o Cruzeiro do Sul, o Morumbi, dentre outros construídos em tempos mais próximos, os quais foram alocados para muito além da região central.

Uberlândia é conhecida por ser uma cidade rica. Isso porque o índice de renda per capita do município é de R\$22.926,50 reais. Ou seja, se somarmos toda a riqueza produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, e depois dividirmos pelo seu número total de habitantes, cada pessoa teria a renda mínima de vinte e dois mil reais por ano. Nessa realidade, uma família com cinco pessoas, por exemplo, teria uma renda mensal próxima aos dez mil reais. Sabemos bem que a maioria absoluta das famílias vive com muito menos recursos do que isso. Além de viver com pouco, as principais despesas das nossas famílias, que monopolizam a maior parte da renda, concentram-se nas áreas de moradia, mobilidade e alimentação. E quanto menor a renda familiar, maior é o peso dessas despesas no orçamento. Moradia, mobilidade, e alimentação são justamente setores onde as políticas municipais têm uma grande incidência e possibilidade de mudança, se houver vontade política para fazê-la.

E para haver direito efetivo à cidade, é fundamental o olhar sobre a garantia de uma gestão democrática, que aponte para a compreensão sobre como se dá a participação individual e coletiva para o acesso e exercício do poder; o que significa dizer que uma gestão democrática resulta da forma de partilha o poder, assim como diz respeito ao modo como se discute e se organiza a administração; o que se dá na condução das instituições privadas, assim como na condução das instituições públicas.

No primeiro caso, o projeto histórico das corporações privadas tem sido o de usarem o Estado Democrático como meio para alargar a concentração de riqueza, e aprofundar ainda mais as desigualdades na administração dos recursos. Também tem sido a base sobre a qual se assenta a organização política e a administração pública no âmbito da racionalidade moderna.

Uberlândia se apresenta como uma cidade em que as pessoas se organizam em grupos familiares, igrejas, terreiros, clubes, associações de bairro, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, conselhos profissionais e conselhos de políticas públicas, dentre outras formas de organização coletiva. O exercício do poder tem sido estrangulado, e agoniza, revestido do manto da participação democrática, segundo a estrutura jurídica do atual Estado Democrático de Direito. Historicamente, nossa cidade experimentou momentos em que houve a experiência do orçamento participativo como forma de gestão e de aplicação dos recursos públicos destinados à cidade.

Percebe-se que a pluralidade e a diversidade de organizações coletivas se encontram inseridas na estrutura jurídica da sociedade e do Estado, embora isso nunca se materialize em nossas realidades, de modo que a participação no acesso ao poder político e no exercício da administração pública não passa de mera formalidade. Esta estrutura excludente do Estado burguês é o que assegura a apropriação dos meios de produção, a exemplo das acumulações de terra nas mãos de latifundiários, assim como legitima a concentração da riqueza e do aprofundamento das desigualdades econômica e social, impossibilitando a isonomia na participação política, mesmo em sociedades pretensamente democráticas. Constata-se, então, a exclusão geral entre os povos, numa clara divisão entre os condomínios de luxo e as comunidades periféricas.

Em Minas Gerais, Uberlândia reproduz essa lógica de uma cidade cuja estrutura organizativa atende às formalidades da lei, mas como uma expressão descolada da situação fática. Como uma cidade excludente e racista, em que a periferia cada vez mais é enxotada para as beiras da cidade, dada a forma como historicamente tem sido a ocupação territorial urbana. Estrangeiros, migrantes, mulheres, negros e negras, acampados, assentados, e periféricos que constroem, mas não participam da vida da cidade. Associações de bairros, organizações sindicais, associações profissionais, unidades de credos religiosos, terreiros e centros espíritas, organizações sociais, entre outras,

encontram-se aparelhadas pela ocupação de lideranças a serviço do domínio político local, com intuito de cooptar apoios e votos necessários à continuidade das instituições públicas sob propriedade dos grupos historicamente dominantes.


Nós acreditamos em uma cidade justa, inclusiva, moderna, planejada, e produtiva. Para isso, e diante de todos os desafios colocados, é urgente e indispensável a propositura de um robusto sistema de renda social que transfira recursos de maneira direta e imediata à população. Já estão amplamente comprovados os bons resultados que as políticas de transferência de renda geram para a economia e para o desenvolvimento humano, tendo em vista que o incremento de renda é fator crucial para alavancar o consumo e a contratação de serviços nos empreendimentos locais, o que, por sua vez, cria ambiente para geração de emprego.


Queremos uma cidade inteligente, que investe em geração de energia limpa, que estimula a organização de cooperativas, que mapeia e emprega novas tecnologias, que garanta o equilíbrio fiscal e uma carga tributária justa e proporcional, que combata as desigualdades, e que empregue os recursos públicos na formação de pólos tecnológicos, a exemplo da demanda industrial por tecnologias de saúde.

A seguir, nossas propostas para a conquista definitiva do direito e acesso à cidade, à dignidade material e formal, e aos espaços de poder.





HABITAÇÃO


 Revisão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com critérios mais justos para garantir que as famílias mais pobres sejam isentas da cobrança, além de aumentar progressivamente as contribuições de grandes imóveis, suntuosas construções, e patrimônio cumulativo (IPTU progressivo). Inserir nessa cobrança o critério da função social, para sobretaxar espaços abandonados e os vazios urbanos destinados à especulação imobiliária.

 Regularizar as ocupações já implantadas no município, garantindo as estruturas de urbanização, como saneamento

básico, energia, recolhimento de resíduos, pavimentação, arborização, iluminação, praças e áreas verdes, limpeza e sinalização de vias, além dos serviços públicos essenciais de creche infantil, educação, atendimento básico de saúde, segurança pública, entre outros.


 Implantar um robusto projeto de Habitação Social para atender à demanda reprimida de moradia na cidade. Para além da iniciativa de abertura de novos conjuntos habitacionais, acreditamos na construção descentralizada de moradias, a partir dos espaços abertos da cidade, nas regiões já urbanizadas e centrais.


 Criação de um projeto de aluguel subsidiado (aluguel solidário), de forma transitória, para atender às famílias que estão na fila do programa de Habitação Social, afim de evitar a formação de novas ocupações. Adotar critérios transparentes de organização dessa fila, estabelecendo tempo máximo de espera.


 Revisão de Zoneamento municipal, transformando e criando Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); bem como a criação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano, ligado ao Conselho do Plano Diretor, para assegurar a função social da propriedade urbana.







MOBILIDADE

 Implantar a tarifa zero no serviço público de transporte coletivo da cidade. Transporte público, gratuito, e universal.




 Aumento da frota de ônibus em circulação, ampliação da cobertura dos horários de funcionamento, bem como incremento de novas linhas alimentadoras e interbairros.








 Garantir que a frota de veículos ofereça ampla acessibilidade para as pessoas com deficiência, idosos, pessoas obesas, gestantes, dentre outras condições que limitam a mobilidade das pessoas.

-  Aumentar o número de servidores destinados a auxiliar as atividades nas plataformas de embarque e desembarque, e também dentro dos veículos, de modo a garantir segurança, zelo pelas pessoas, e auxílio aos usuários e usuárias que, em virtude de suas condições especiais, são prioridades legais para atendimento, como as pessoas com deficiência, os idosos, gestantes, lactantes, e pessoas com crianças de colo.
-  Investimento em tecnologias de mitigação da emissão de poluentes atmosféricos pelo transporte público, bem como estabelecer a compensação ambiental desses impactos.
-  Criação de uma rede de pistas e ciclovias para estímulo aos meios de transporte individuais de baixa velocidade.
-  Regulamentação e revisão dos moldes de funcionamento dos meios de transporte privado, com destaque para os serviços de entrega e de transporte por aplicativo, de forma a garantir dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras, segurança para quem utiliza, e ordenamento do trânsito em nossa cidade.






EMPREGO E RENDA

-  Implementar um Programa de Renda Social para assistência e incremento da renda familiar das pessoas periféricas e em vulnerabilidade social.
-  Criação da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, buscando parcerias com as Universidades do município no sentido de articular políticas de inovação social, e garantir financiamento e estímulo para implantação das novas tecnologias no ambiente urbano e rural.
-  Investimento público no desenvolvimento de um pólo industrial voltado à saúde e tecnologia.

-  Fortalecimento das autarquias municipais, e realização de estudos para expansão da prestação dos serviços públicos em áreas de interesse ainda negligenciadas pela gestão pública.
-  Estimular a formação e organização de cooperativas de pequenos empreendedores e de prestadores de serviços em condição de subemprego, a exemplo dos entregadores e motoristas de aplicativos.
-  Regulamentação dos serviços de frete, entrega, e transporte privados na cidade, estabelecendo requisitos para a segurança dos usuários e transeuntes, bem como garantias e direitos para os trabalhadores desses ramos.
-  Criação de políticas de amparo aos micro e pequenos empreendimentos, além das iniciativas de empresariamento individual, tendo em vista serem esses os empreendimentos em maior vulnerabilidade econômica.
-  Regulamentação do comércio realizado pelos ambulantes, camelôs, e feirantes no município, estabelecendo consensos com esses trabalhadores e trabalhadoras sobre as melhores estruturas e localidades para desenvolvimento dessas atividades, repensando e aprimorando, a partir da experiência dessas pessoas, o modelo existente atualmente.
-  Criação de um cronograma para obras de reparo e ampliação das infraestruturas públicas, visando a injeção de recursos na economia local, e o incentivo à criação de novos postos de trabalho, primando pela transparência nas licitações desses serviços, de forma a afastar os lobbys de empreiteiras.
-  Implementar políticas e campanhas de incentivo ao ecoturismo e turismo rural.



GESTÃO DEMOCRÁTICA E PODER POPULAR

-  Mobilização da população periférica e excluída para que possa se organizar em células comunitárias de discussão da realidade local para a participação no acesso e exercício do poder municipal.
-  Organização da população em núcleos de ruas, bairros, e regiões-distritos, no sentido de efetivar a discussão coletiva através da propositura de ideias e projetos de políticas públicas para a cidade.
-  Organização e fortalecimento dos Conselhos Populares orientados à discussão e construção das Associações de Bairros, para que estas se transformem em espaços de representação comunitária, superando, assim, o aparelhamento dessas entidades para a satisfação de interesses de grupos políticos locais.
-  Criação e fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas para Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Lazer, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Assentados e População Rural, Negritude, Diversidade Sexual e de Gênero, Transporte, Saúde, e Direitos Humanos; os quais terão atribuições consultivas e deliberativas sobre o acesso ao poder e o exercício da Administração Pública Municipal.
-  Desconcentração da estrutura administrativa municipal, aproximando o oferecimento dos serviços públicos da população, a partir de núcleos instalados nas macro-regiões da cidade, a exemplo de Aclimação; Canaã/Morada Nova/Pequis; Guarani/Tocantins/Taiaman; Luizote de Freitas; Marta Helena; Morumbi/Joana D'Arc; São Jorge; e Shopping Park; além dos Distritos, assim como, de forma itinerante, para a Zona Rural, em particular, para os Assentamentos.
-  Implementação de estrutura administrativa virtual – o Gabinete Virtual, com o desenvolvimento de aplicativos temáticos para os mais diversos assuntos de interesse para a cidade, como canal direto para acesso aos serviços públicos, interação entre os munícipes, e para a tomada de decisão sobre ações políticas e executivas municipais.

EIXO DOIS: COMBATE ÀS OPRESSÕES

Direitos Humanos, Representatividade, Acessibilidade, Justiça Social!

Tendo em vista o compromisso do Partido Socialismo e Liberdade com a luta anti-opressões, que se aperfeiçoa no combate ao racismo, misoginia, LGBTfobia, capacitismo, intolerância religiosa, elitismo, eugenia, especismo, entre outras formas de opressão social; e considerando o contexto atual de avanço do conservadorismo, do obscurantismo, dos fundamentalismos, do neoliberalismo, e do fascismo, reivindicamos a defesa intransigente dos direitos humanos.

Um partido socialista não pode prescindir da luta antirracista como uma de suas principais bandeiras. O Brasil é uma das maiores nações negras fora da África. A população brasileira é composta por 43,1% de pardos e 9,3% de negros, somando, ao todo 52,4%, (segundo dados do IBGE de 2018). A sua expressão numérica, como coletividade que deveria ser a estrutura basilar da comunidade política nacional, não está representada de forma equitativa em todos os níveis de nossa sociedade.

O racismo é velado, mas a violência que afeta o negro não deixa dúvidas que essa população continua excluída do projeto de cidade, e do progresso social brasileiro. Viver em um país onde o racismo é velado não é uma tarefa fácil, pois a geografia corporal do negro se torna um marcador social carregado de estigma. As falsas ideias e o preconceito estimulam ações sucessivas de discriminação, que impulsionam a violência generalizada contra a população negra, principalmente a violência que vem do Estado.

O genocídio da população negra tem várias faces. Quando a condição corporal se torna um atributo de classificação e julgamento moral que desqualifica e reduz a condição e a dignidade de um ser humano, isso é racismo. O tráfico e o comércio de pessoas foi um mercado que estimulou, por três séculos, a objetificação dos corpos africanos. A diáspora dos povos e nações étnicas africanas para o Brasil criou uma condição brutal de exploração do trabalho e controle do povo preto. O sistema social escravista estabeleceu uma nova geografia e disposição social de interação do negro na sociedade de classe pós-abolição. A situação de subalternidade continua sendo uma regra vigente e normal no Brasil.

O tema racial é um assunto que deve ser tratado e debatido amplamente pela negritude e pela branquitude. É preciso eliminar esse cancro, tratar e suprimir o racismo, fazer com que as práticas antirracistas neutralizem e eliminem ações racistas. Ser antirracista é tecer um artesanato e uma arquitetura enunciativa que desfaz o novelo doloroso das práticas discriminatórias por meio de exigências e ações pedagógicas que superem a estrutura do racismo. Questionar e instituir uma nova pedagogia moral que desarme e alerte o que é racismo, tendo em vista uma nova solidariedade moral.

Resgatar e estimular a produção e o acesso à memória do povo negro é o primeiro passo. E a Lei 10.639/2003, que institui o ensino da história afrobrasileira, garante o combate ao racismo por meio da educação, representando um marco na luta antirracista. Instigar novas diretrizes e ações no seio social é crucial para um novo programa solidário antirracista, que consiga despertar a empatia que norteia o respeito à diversidade. Há muito ainda a ser feito, já que muitos profissionais da educação não foram devidamente capacitados para trabalhar a história e cultura afro-brasileira, e o próprio sistema educacional padece de ações concretas nesse sentido.

Enquanto isso, a produção intelectual e bibliográfica negra é aniquilada, sofrendo um contínuo processo de banimento e desvalorização, que oculta o conhecimento de matriz afro-brasileira e rebaixa a oportunidade de representatividade de um saber que pode tecer outros caminhos educacionais. O saber educacional embranquecido em seu discurso enunciativo provoca no cotidiano escolar um desfoque da autoestima negra, vez que o diálogo é distanciado das condições de vida do estudante. Esse silêncio epistemológico, que aniquila e impede a construção da valorização do saber negro, estimula o fracasso escolar, pois a escola permanece distante nas demandas reais da população pobre, negra e periférica.

A promoção de políticas afirmativas veio, em ampla medida, dar visibilidade à população negra, pobre e periférica. Por outro lado, grupos abastados e hegemônicos em seus privilégios, protestam a validade e eficácia da medida da ação afirmativa, alardeando, na defesa dos próprios privilégios, que “cota é um roubo”. Cabe lembrar que a condição de uma pessoa negra em um espaço consagrado e ocupado pelo branco não é a de um professor, um engenheiro, um economista, um cientista e tampouco um médico. A condição profissional comum e reservada a muitos negros e negras é aquela que

se repete de geração em geração: porteiro, segurança, gari, cantineiro, pedreiro, pintor, jardineiro, empregada doméstica, etc. Ou seja, há um “lugar” social reservado ao negro. Esse lugar deve ser desconstruído! Não aceitamos uma “função de negro”, queremos outras formas de representatividade que garanta lugares de fala e de participação no poder. É preciso fazer muito mais, pois a subalternização cria uma fragilidade social e econômica. Uma cidade que investe, qualifica e cria oportunidade de trabalho formal, assegurando direitos aos seus cidadãos, se beneficia tanto economicamente quanto socialmente.

Lutamos por mais representatividade negra. As condições materiais de existência da população negra são limitadoras. Essa situação limitante das condições de vida não abre espaço para os sonhos: a fome, o medo de ser despejado, de perder o pouco conquistado, leva os jovens a trocar os bancos escolares por trabalho. A juventude negra sem qualificação profissional se torna arrimo de família, constantemente assediados pelo crime e pela violência. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública confirmam o que a sociedade brasileira não deseja ver: a população negra representa 55,8% dos brasileiros e é o grupo social que mais sofre com a violência. Em dez anos de levantamento e mapeamento dos homicídios no Brasil, se constatou, em 2016, que 71,5% dos assassinatos têm como alvo a população jovem negra. O abuso e a seletividade da extensão da violência contra o negro não deixam margem para outro entendimento: o extermínio e o genocídio da população negra. O Estado cumpre o papel central na manutenção da segurança da população branca, enquanto as vidas negras são exterminadas a cada operação policial.

A Higiene Social é um projeto em curso, que atravessa a população pobre, negra e periférica. A narrativa que trata do embelezamento urbano, da limpeza pública, e da manutenção da ordem, tem como alvo a faxina social endereçada à população pobre, negra e periférica. A narrativa de embelezamento não se trata apenas de prédios, pontes e construções modernas. São sobre pessoas, padrões estéticos, e formas de se vestir e falar, que são reconhecidos ou não, legitimados ou não, pela cidade branca e rica.

Por que quando os jovens da periferia se dirigem ao centro a procura do lazer, são monitorados, constrangidos, e humilhados pela segurança pública? O uso da violência como forma de manter a ordem

social deixa claro o quanto o direito à cidade é negado para a população pobre e negra. A violência é algo que nos divide. O uso da violência como mediação social expressa o quanto a nossa sociedade é desigual, segregada, e racista.

As condições estruturais de vida da população negra, associada às péssimas condições de moradia, educação e qualificação profissional, de acesso ao lazer, segurança alimentar, e saúde, tem intensificado o adoecimento mental e impulsionado a curva de casos de suicídio da juventude negra. Cabe, em caráter de urgência, uma política pública de assistência à saúde mental da população pobre e periférica.

O que Uberlândia tem feito para combater o racismo? A cidade ocupa um pódio vergonhoso entre as cidades que mais praticam violência contra a juventude negra. As políticas de segurança pública têm feito muito pouco para ampliar o debate antirracista nos seus espaços institucionais. E o crescente sistema de monitoramento e controle de crime tem estabelecido um marcador social que leva em conta o território, a classe, e a raça como critério social que atinge diretamente as populações vulneráveis. O racismo é estrutural e ele deve ser abordado e discutido dentro das instituições de segurança pública, para desconstruirmos a narrativa do medo, que tem como alvo a criminalização da pobreza e a escala do preconceito. Fazer uma política antirracista é fazer uma política para a maioria.

Falando em maiorias, é indispensável colocar as demandas de igualdade, dignidade, segurança, e valorização das mulheres da nossa cidade. Defendemos a inclusão dos serviços de denúncia e suporte para mulheres vítimas de violência como parte dos serviços essenciais que devem ser ofertados pelo município. Não só políticas de punição ao agressor, como também o acolhimento e cuidado com as vítimas. É preciso avançar para medidas que garantam, de fato, segurança e meios de subsistência às mulheres: disponibilização de imóveis vazios e acomodações para abrigá-las e seus filhos, bem como renda mínima para garantir seu sustento, assegurar seu emprego, e o aluguel social.

Além de medidas materiais, é necessária uma campanha pública garantida pelo município, e elaborada em conjunto com as organizações de defesa dos direitos das mulheres, de combate ideológico ao machismo, à misoginia, e à violência sexista. Que seja ampliada a ajuda e vigilância contra a violência doméstica à mulher, bem como a violência intrafamiliar, e no trabalho, envolvendo as

autoridades, como a Defensoria Pública, as Delegacias de Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário, os Conselhos Tutelares, e outros.

Acreditamos em uma cidade que cuida das suas mulheres periféricas, em sua maioria negras, que precisam ter o acesso periódico às campanhas de saúde da mulher, com as especialidades, exames, e acompanhamentos adequados.

Que sejam realizadas campanhas de sensibilização com enfoque à questão da violência doméstica durante o isolamento social, assim como o sofrimento emocional causado pelo medo e pela perda da condição econômica, com especial atenção às mulheres que atuam nos setores da saúde, higiene e limpeza.

É necessário aprofundar as medidas de educação básica para combate à masculinidade tóxica, e para subversão da cultura popular que orienta o trabalho não remunerado, relacionado aos cuidados domiciliares, como obrigações tipicamente femininas. Políticas de educação que consigam desconstruir os estigmas sociais relacionados a uma cultura de maternidade compulsória, e que alcancem também o ensino da sexualidade nas escolas, de forma a prevenir e expor os abusos sexuais muitas vezes praticados nos meios domésticos.

Defendemos os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O Brasil é o país que mais perde mulheres em procedimentos abortivos clandestinos. São, majoritariamente, mulheres pobres, negras e periféricas. Independentemente das circunstâncias que forçam a mulher a interromper a gravidez, deve ser garantido o procedimento, para resguardo da saúde e integridade da mulher.

Temos ainda, entre as mulheres, um recorte social em que as opressões se intensificam: as mulheres trans. Essas mulheres precisam ser reconhecidas e inseridas no ambiente formal de trabalho, encerrando os estigmas sociais que as relegam apenas a trabalhos de natureza sexual, o que aprofunda também a exposição dessas pessoas à violência urbana.

Consideramos essencial a luta por políticas públicas no sentido de celebrar a diversidade, possibilitar a visibilidade, a liberdade de amar e de se sentir bem para as pessoas LGBTQIA+. Numa perspectiva de esquerda, entendemos também que estas ações não podem deixar de lado outras que atuem no sentido de superar as estruturas que fazem

com que pessoas LGBTQIA+ sejam excluídas de direitos básicos, como educação e saúde, do mercado de trabalho e de condições dignas de vida.

A luta contra preconceitos e discriminações de gênero e de orientação sexual se justifica porque são fatores que aprofundam desigualdades e servem às exclusões na sociedade capitalista. Além do sofrimento individualmente infringido a quem sofre tais preconceitos, estas práticas insinuam que alguns indivíduos, seja pela sua orientação sexual ou identidade de gênero, possuem menos direitos que os outros. Dessa forma, a opinião pública se torna menos empática quando as vítimas da violência, do desemprego, e da miséria são gays, lésbicas, travestis, pessoas trans, e outras expressões não heteronormativas, numa "naturalização" da exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho e do acesso a direitos mínimos.

Nossa luta opõe-se ao que tem sido caracterizado como identitarismo, posto que questionamos as estruturas que perpetuam preconceitos de gênero e de orientação sexual, bem como as rotulações compulsórias e autodefinidoras. Da mesma forma, não podemos nos contentar com perspectivas liberais de representatividade, que pressupõem que a visibilidade de alguns indivíduos gays, lésbicas, e pessoas trans, por si só, seria suficiente para superar as opressões já mencionadas. De nada adiantaria eleger pessoas LGBTQIA+ que não se comprometessem com políticas públicas que, de fato, visassem à garantia de acesso da comunidade LGBTQIA+ aos direitos básicos e a uma condição de vida digna.

O combate à homofobia, lesbofobia e transfobia deve sempre ter no horizonte os condicionantes de classe, uma vez que pessoas LGBTQIA+ em situação de pobreza ou miséria, numa condição de subcidadania, ou mesmo aquelas pertencentes ao proletariado, vivenciam os impactos das opressões de forma muito mais dramática que membros das elites.

Há que se reconhecer que, apesar da sigla abrangente, a luta LGBTQIA+ deve manter o esforço contínuo para aprimorar o diálogo e a colaboração entre Gays, Lésbicas, Bissexuais, Pessoas trans, e demais expressões. Historicamente, pessoas trans, travestis e drags, que se mobilizaram em manifestações e organização de paradas memoráveis, nem sempre foram devidamente reconhecidas. Cada denominação de gênero e orientação sexual possui necessidades e enfrenta violências específicas, e estão expostas a graus de vulnerabilidade

variados. É preciso reconhecer isso no sentido de elaborar políticas mais assertivas e fortalecer a solidariedade entre os indivíduos que se abrigam sob a sigla;

Em tempos de pandemia, em diferentes municípios brasileiros, já se assinala um aumento no número de travestis e pessoas trans em situação de rua, explicitando a invisibilidade e a vulnerabilidade a que são submetidas. Não menos importantes, os debates e as ações em prol da comunidade LGBTQIA+ devem atentar-se para a intersecção entre marcadores de gênero, raça, classe e orientação sexual, de forma que uma pessoa trans, negra, e periférica, por exemplo, está exposta a opressões sobrepostas. A intersecção destas opressões acarreta na lastimável realidade em que mesmo indivíduos que estão expostos a uma determinada forma de preconceito, como homens gays brancos de classe média, acabem reproduzindo preconceitos contra outras existências da comunidade LGBTQIA+.

A luta deve se pautar nas políticas públicas em prol da população LGBTQIA+, por mais representatividade nos espaços políticos, e que nesses espaços a fala e a presença das pessoas LGBTQIA+ seja respeitada, de forma a confrontar qualquer tentativa de apagamento e silenciamento. Em tempos de avanço da extrema direita, se torna urgente combater falsos moralismos e obscurantismos que reforçam transfobia, homofobia, e lesbofobia no imaginário popular. Mas isso nunca deve estar dissociado da luta contra as estruturas do capitalismo que permitem e perpetuam o machismo, racismo, e a LGBTfobia.

O PSOL, que já apresenta número considerável de pré-candidaturas LGBTQIA+, é também o partido de Marielle Franco e Jean Wyllys, parlamentares que foram constantemente atacados. Isso culminou na execução de Marielle e saída de Jean do país, de forma que a luta contra as discriminações de identidade de gênero e/ou de orientação sexual têm relevância nítida para o partido.

E dialogando sobre as prioridades do Partido Socialismo e Liberdade, entendemos a garantia da acessibilidade como direito fundamental para o desenvolvimento e para a dignidade da pessoa. Neste sentido, Uberlândia é uma cidade cuja estrutura não proporciona o completo exercício do ir e vir para as pessoas com deficiência, sobretudo para aquelas que apresentam maiores limitações de mobilidade. Basta olhar a disposição e construção dos prédios, ruas, praças, do transporte, da sinalização, das estruturas urbanas. Exclusão

até mesmo das estruturas dos prédios públicos, a exemplo de escolas, centros universitários, centros de cultura, espaços de lazer; assim como prédios comerciais, calçadas, pavimentos, e passeios, dentre outros espaços físicos.

Na cidade há um grande contingente da população que integra as pessoas com deficiências físicas ou mentais. São crianças, jovens, adultos e idosos. Estão presentes nas diversas classes sociais e, em sua maioria nas periferias da cidade, confundindo-se com a situação de carência social ou de pobreza extrema. Contudo, não se sabe dizer quantas e onde estão estas pessoas. Há uma invisibilização destas pessoas, uma vez que não estão inseridas e nem participam da vida da cidade, nem mesmo de estudos e estatísticas abrangentes sobre essas pessoas, sendo muitas vezes ocultadas, inclusive, no espaço familiar.

Percebe-se, porém, a existência de um esforço de instituições privadas, na forma de associações, que desenvolvem o trabalho de acolhimento das pessoas com deficiência. Estas atividades são desenvolvidas, em maior parte, através do trabalho voluntário com algum aporte e incentivo público. O Município tem desenvolvido algumas ações em parceria com órgãos públicos e instituições privadas no sentido de promover a integração das pessoas com deficiência no espaço escolar. Contudo, neste espaço, há carência de profissionais qualificados e com treinamentos para uma educação inclusiva, tendo em vista a diversidade e os diferentes níveis de gravidade dessas limitações.

Existe, inclusive, o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência. Este, porém, possui função consultiva, não deliberando ações públicas para materialização do direito à acessibilidade, e até mesmo para o desenvolvimento dessas ações. Nosso município possui um Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, cujos recursos podem ser utilizados na implantação das estruturas e serviços necessários.

Observa-se que a realidade de Uberlândia aponta para uma cidade em que as políticas públicas não correspondem às necessidades e à efetividade do direito de acessibilidade para a população. Além do que, para as pessoas com deficiência, o acesso às condições mínimas decorrentes de cada deficiência é negado, e não corresponde à realização da dignidade humana como princípio universal.



Também a preocupação com a situação desoladora das populações em situação de rua, sem a garantia de abrigo, de alimentação, de higiene, e de acesso ao acompanhamento de saúde. O acolhimento também aos imigrantes, muitos deles vindos de uma vida de miséria extrema, sobretudo dos países sul-americanos, africanos, caribenhos, e também das regiões norte e nordeste do Brasil. Chegam em nosso município em busca de uma vida melhor, e frequentemente encontram preconceito, segregação e violência.

Por fim, nos debruçamos também sobre a problemática do encarceramento em massa, da falência desse modelo de ressocialização, e da ausência de políticas de acolhimento a essas famílias que são violentadas pelo crime, e acabam condenadas ao encarceramento como uma espécie de mal quase hereditário. Nós acreditamos na intervenção do município para intermediar ações de prevenção do encarceramento, e de assistência às famílias nessa situação.










A seguir, conheça as propostas que garantirão a expressão e o respeito aos direitos humanos e fundamentais: todas as existências reconhecidas, todas as necessidades socorridas!










DIREITOS HUMANOS

-  Criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, com competência para elaborar, coordenar, e fiscalizar a Política Municipal de Direitos Humanos, além da execução direta das ações deliberadas nos Conselhos de representação popular, de forma horizontal, interseccional, e com respeito às necessidades idiossincrásicas da população.
-  Inserção dos debates sobre direitos humanos em todos os âmbitos educacionais, culturais, e na formação continuada dos nossos servidores públicos, de forma a politizar e potencializar o entendimento sobre o respeito à coletividade, à diversidade, e às manifestações heterogêneas da sociedade.











-  Criação da Subsecretaria de Igualdade Racial e Combate ao Racismo, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.
-  Fortalecimento e ampliação das competências do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), de modo a garantir que as deliberações encaminhem políticas públicas palpáveis e efetivas para a população negra.
-  Instituir mecanismos de combate à intolerância religiosa e cultural, em defesa das religiões e da cultura de matrizes africanas.
-  Criar uma política de incentivos fiscais para o empreendedorismo da população negra e periférica.
-  Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de promover a equidade etnicorracial nas políticas de saúde da cidade.
-  Instituir mecanismos de combate à xenofobia, bem como redes de apoio e acolhimento aos imigrantes, sobretudo de países latinos e africanos.
-  Inserir no currículo da educação a memória social e cultural local da população negra e suas tradições.
-  Instituição de cotas para a população negra no acesso às creches.
-  Combate à estigmatização social das atividades culturais da comunidade negra, paralelamente à garantia de infraestruturas e espaços urbanos destinados à expressão dessas manifestações culturais, a exemplo do congado, das danças tradicionais de roda, do funk, do rap, do hip-hop, do grafite, e demais formas de cultura atreladas ao povo negro.



-  Ampliação dos meios de denúncia da violência contra a mulher, articulando, em conjunto com outras instituições do Estado, políticas efetivas de acolhimento das mulheres vítimas de abuso.
-  Criação de um programa de educação, além de campanhas de conscientização, visando combater a misoginia, a cultura do estupro, o machismo, o sexismo, e a masculinidade tóxica. Estabelecendo, assim, as bases para alcançarmos efetivamente a equidade social, salarial, e de oportunidades para as mulheres.
-  Efetivação da inclusão dos temas relacionados à prevenção da violência contra a mulher, das crianças e adolescentes nos currículos escolares, conforme prescrevem a Lei "Maria da Penha", e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
-  Criação de ouvidorias e guichês, com protocolos nos terminais de ônibus e instituições públicas, para coletar e encaminhar as denúncias sobre violência contra a mulher, bem como auxiliar na capacitação das pessoas que lidam com estas demandas.
-  Criação de um Programa de incentivo à contratação de mulheres trans no mercado de trabalho formal.
-  Estabelecer políticas públicas para atender às necessidades materiais – sobretudo de saúde, higiene, e prevenção sexual – das mulheres em situação de rua e em situação carcerária.
-  Criação de um Programa de aproximação, capacitação, orientação, e apoio às todas as famílias que optem pela adoção, incluídas também as famílias com conformação parental diversa, levando sempre em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



-  Criação da Subsecretaria de Diversidade e Representatividade, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.
-  Criação do Conselho Municipal de Representatividade e Promoção dos Direitos LGBTQIA+, que terá como atribuição o encaminhamento de ações para organização e politização das populações que orgulhosamente manifestam sua diversidade sexual e de gênero, no sentido da luta coletiva por direitos, por dignidade de vida, e combate às opressões.
-  Retomar, no Plano Municipal de Educação do decênio 2015-2025, o uso do termo "gênero", restabelecendo os conteúdos que se debruçam sobre as identidades de gênero. Vergonhosamente, a temática foi retirada do texto final em 2015, por pressão de alas conservadoras.
-  Elaborar e disseminar Cartilhas Municipais com enfoque na saúde e prevenção às ISTs; discussões de gênero e sexualidade; e combate à masculinidade tóxica.
-  Formação continuada para os profissionais da Educação, desde aqueles que atuam na Educação Infantil, sendo eles professores e educadores, até aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Médio.
-  Criação de espaços de cultura e da Semana Cultural da Diversidade, no sentido de valorizar artistas LGBTQIA+ e propiciar expressões artísticas fora dos espaços privados e mercantilizados.
-  Fixar a data da Parada do Orgulho no calendário do município, sinalizando que o mês de junho seria estratégico para tal, considerando o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.
-  Criar uma política de incentivos fiscais para empreendedorismo da população LGBTQIA+, bem como para

empreendimentos que contratem pessoas trans na cidade de Uberlândia.

- ☀️ Ampliar as políticas públicas especificamente voltadas para pessoas trans na área da saúde, incluindo ações de informação, formação continuada de profissionais da saúde que atendem pessoas trans, e criação de ambulatórios específicos na rede municipal de saúde.












ACESSIBILIDADE










- ☀️ Criação da Subsecretaria de Acessibilidade da Pessoa Com Deficiência, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Representatividade, e Promoção Social.
- ☀️ Fortalecimento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, atribuindo a este natureza deliberativa em matéria de ações e políticas públicas para a acessibilidade.
- ☀️ Fazer cumprir as normas do Código de Posturas do Município, no sentido de fiscalizar e orientar a reestruturação das construções prediais atuais e futuras para garantia de acesso aos prédios públicos ou privados;
- ☀️ Reestruturação dos espaços públicos, a exemplo de ruas, praças, calçadas, pavimentos, e sinalização de trânsito, para que estas estruturas possibilitem a acessibilidade geral e, de modo particular, para as pessoas com deficiência.
- ☀️ Financiar levantamentos, estudos, e estatísticas, que apresentem o mapeamento da localização e condições de vida das pessoas com deficiência, base a partir da qual se dá a construção de políticas públicas específicas.
- ☀️ Fomentar e incentivar a integração da pessoa com deficiência à vida da cidade por meio de ações educacionais, desportivas, e culturais, para desenvolvimento das habilidades, inclusive para práticas laborais.

- ☀️ Desenvolver ações de acompanhamento das famílias de pessoas com deficiência, com apoio econômico-financeiro e psicoterapêutico, no sentido fortalecer o espaço de convivência familiar e de integração social.





- ☀️ Criação da Subsecretaria de Assistência Social e Prevenção do Encarceramento, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.
- ☀️ Criação de um Programa de educação profissionalizante, calendário de atividades culturais, e projetos de promoção artística dentro dos presídios da nossa cidade.
- ☀️ Prover às pessoas em situação de cárcere o acompanhamento psicoterapêutico e psicológico, bem como alternativas de ressocialização, como grupos de apoio para superação do paradigma do crime, e o trauma do cárcere.
- ☀️ Assegurar as condições básicas, relacionadas à higiene e alimentação das presidiárias e dos presidiários. Em especial, a garantia das condições materiais para dignidade das encarceradas durante seus ciclos menstruais, bem como o fornecimento de métodos de prevenção às ISTs.
- ☀️ Assegurar condições materiais para que as mulheres grávidas e lactantes vivam essa experiência com dignidade, através da existência de espaços adequados para convivência materna.
- ☀️ Acompanhamento, por meio da Subsecretaria de Assistência Social e Prevenção do Encarceramento, das ações policiais na cidade, sobretudo as que têm como alvo a juventude negra, tendo em vista coibir abusos e excessos.
- ☀️ Articular, em conjunto com os órgãos estaduais, a formação continuada para os agentes da segurança pública nas temáticas de interesse à defesa dos direitos humanos.

-  Articular, em conjunto com os órgãos estaduais, um programa de acompanhamento de saúde para as pessoas em situação de cárcere.
-  Criação de um programa de acompanhamento dos egressos do sistema carcerário, incentivando, através de benefícios fiscais, a inserção dessas pessoas no emprego formal; além dos espaços destinados à saúde mental, grupos de apoio, atividades culturais, e quaisquer outros instrumentos de ressocialização.
-  Aproximar a população, através de projetos educacionais, do debate sobre as funções do sistema carcerário, tendo por finalidade a superação do paradigma punitivista que prevalece no imaginário popular.
-  Criação da Subsecretaria de Amparo à Dignidade da Pessoa Humana, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, com a função de implementar e acompanhar políticas públicas de acolhida e suporte às populações desabrigadas, em situação de rua, e imigrantes definitivos e transitórios.
-  Construção, ampliação, e/ou reabertura dos abrigos e albergues para imigrantes, andarilhos, e pessoas em situação de rua.
-  Construção, ampliação, e disponibilização dos banheiros públicos, devidamente dotados das estruturas de higienização, para imigrantes, andarilhos, e pessoas em situação de rua.
-  Implantação de bebedouros públicos ao longo das estruturas urbanas, com água fresca e potável sempre disponível à população.
-  Implantação de Restaurantes Populares, com dietas prescritas por profissional habilitado, e alimentos advindos da agricultura familiar e das hortas orgânicas urbanas.
-  Subverter a cultura de higienização social dos espaços urbanos, garantindo acolhimento às pessoas em situação de rua, e simplificando os procedimentos burocráticos para acesso a essas políticas de assistência social.

-  Expandir as estruturas e o alcance dos Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD), de modo a propiciar amplo auxílio e tratamento às pessoas adictas e ébrias habituais.
-  Reativar e expandir os consultórios de rua, destinados ao atendimento e acompanhamento médico, odontológico, e psicológico das pessoas em situação de rua.
-  Criação de um cadastro para acompanhamento dos imigrantes, fornecendo subsídios tanto para a regularização burocrática dessas pessoas, quanto para entendimento de suas necessidades e delineamento de ações efetivas que refreiem explorações.
-  Elaboração de um Programa de educação voltado à superação da xenofobia e do estigma social criado em torno da população imigrante, que acaba excluída, violentada, e coibida em suas necessidades mais básicas.
-  Estabelecer e executar a Política de Promoção da Cultura Nordestina na cidade, para retomada e valorização dessa identidade cultural, a partir da manutenção e incentivo à Casa do Nordeste.
-  Criar um Programa de incentivo e inclusão aos artistas de rua, através da estruturação e acesso aos espaços públicos. Criação de um calendário de feiras itinerantes voltadas a essas expressões artísticas, além do compartilhamento, troca, e comércio das produções artesanais.
-  Criação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Combate à Gerontofobia, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.
-  Execução de um programa de combate ao abandono e à violência contra o idoso, estabelecendo canais de denúncia e estruturas de acolhimento.
-  Ampliação de projetos como o condomínio do idoso, incluindo o acompanhamento por especialistas em gerontologia, além de equipes multidisciplinares voltadas à

saúde física e mental, e o desenvolvimento humano dessas pessoas.

-  Criação de novos espaços, e fortalecimento dos já existentes, para integração, convívio e lazer para os idosos, que operem de maneira descentralizada nas periferias, distritos, e zona rural.
-  Inclusão, nos currículos escolares, de textos, debates, e dinâmicas que pautem direitos humanos, e que dialoguem diretamente com a realidade social, racial, de gênero, e diversidade dos nossos jovens. Propiciar espaços de discussão sobre os nossos direitos fundamentais, para formação de cidadãos e cidadãs que conheçam a estrutura legal que os protege, e saibam como exigí-la.

EIXO TRÊS: PROMOÇÃO SOCIAL

Educação, Cultura, Saúde, Segurança, e Lazer!

Neste eixo, abordaremos aquilo que é mais básico, basilar, e essencial à promoção da vida humana em sociedade: as estruturas públicas que garantem nossa vida, nossa integridade, nossa preparação para o mundo, e o nosso bem-estar social.

É preciso ouvir e compreender as vozes da cidade, do campo, das quebradas, das comunidades, dos periféricos, dos pequenos e, a partir disso, subverter os modelos de gestão tradicionais, que não servem e não ecoam essas vozes. Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios, com as políticas públicas sendo transformadas em moeda de troca. Pelo contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público, de fortalecimento dos serviços que tanto interessam a quem não tem a quem recorrer, se não à coletividade representada por um Estado democrático e participativo. Das artes ao lazer, da saúde à educação, da segurança pública à mobilidade, do esporte às festas tradicionais, nosso objetivo é trabalhar por uma cultura de preservação e ampliação dos direitos, que nos permita finalmente corrigir distorções e atacar privilégios.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem a felicidade de apresentar à Uberlândia a nossa bancada da Educação que disputará a Câmara. São professoras e professores da educação básica, do ensino médio, e da formação superior.

A nossa bancada de vereadoras e vereadores da educação pretende atuar com algumas premissas centrais que visam reestruturar a rede municipal pública de educação em Uberlândia através da defesa e da fiscalização das políticas públicas empregadas na pasta. Entendemos que a educação não é mercadoria, e deve preparar as pessoas para vida, para o exercício da cidadania, e para assegurar o desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, entendemos que a prefeitura deve assumir a gestão absoluta da educação no município, que está compartilhada pela perspectiva privada na gestão administrativa e pedagógica em seus estabelecimentos de Ensino.

Temos o pressuposto da reestruturação, que visa garantir à Administração Pública Municipal a gestão pedagógica e administrativa dos estabelecimentos municipais de educação, respeitando os princípios democráticos na gestão educacional, na liberdade e autonomia pedagógica, na valorização das carreiras das educadoras e educadores e no respeito à laicidade do Estado. Entendemos que a defesa destes princípios requer uma gestão pública, democrática, e transparente das escolas e creches, em oposição à sua transferência para entidades de gestão privada, como as Organizações Sociais.

O retrato da Educação municipal em Uberlândia, caracterizada pela sucessiva delegação às instituições privadas, por vezes autoritárias e desrespeitosas ao princípio da laicidade do Estado, pode ser traduzida parcialmente nos números a seguir.

Em Janeiro de 2019, os recursos públicos do FUNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e da Secretaria Municipal de Educação foram destinados da seguinte forma:

ENTIDADE	VALORES
FUNDAÇÃO PRIVADA Entidade de natureza beneficente.	R\$ 7.334.089,84
CRECHES COMUNITÁRIAS Entidades Comunitárias Privadas que atuam na área da educação.	R\$ 5.121.281,54
CRECHE RENASCER DA CRIANÇA Vinculada a Rede Privada de Ensino.	R\$ 466.194,40
FUNDAÇÃO MAÇÔNICA MANOEL DOS SANTOS	R\$ 1.567.267,77
MISSÃO SAL DA TERRA - CENTRO EDUCACIONAL	R\$ 6.087.825,80
Total de recursos que essas entidades receberam em Janeiro de 2019:	R\$ 21.042.853,75

Fonte: Diário Oficial do Município, dias 07/01/2019, 08/01/2019, e 22/01/2019.

Só em Janeiro de 2019, a gestão do Prefeito Odelmo Leão transferiu mais de 21 milhões de reais para financiar a iniciativa privada, se eximindo da responsabilidade direta de administrar a educação no município de Uberlândia, comprometendo a gratuidade no fornecimento de uma educação de qualidade para a população, e o acesso para a parte da população de Uberlândia que carece de emprego e de renda. Esse modelo de gestão carece das garantias de gestão democrática, participativa, de liberdade pedagógica, e de tolerância à diversidade cultural e religiosa. Com essa verba transferida em apenas um mês, não foi capaz de estabelecer estruturas e condições de trabalho adequadas para os profissionais da educação, nem salários dignos ou programas de capacitação contínua, não promove os mecanismos de inclusão necessários para atender crianças e adolescentes com deficiência e debilidade intelectual.

O PSOL apresenta um projeto democrático e popular para Uberlândia, com gestão integral da educação pela Prefeitura Municipal, de forma que os recursos financeiros, que nesses últimos anos foram transferidos para outras organizações e entidades de direito privado, serão destinados a melhorias para a comunidade escolar em todos os seus âmbitos – tanto de ampliação de vagas, quanto de ampliação e melhoria de estruturas. Defendemos uma Secretaria Municipal de Ensino que tenha um projeto estruturalmente inclusivo, pautado no financiamento público-estatal, na gestão democrática construída pelas educadoras e educadores, pela comunidade externa, com uma estrutura constituída pela ampla liberdade pedagógica e pelo desenvolvimento sociocultural da nossa juventude, conforme princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E em se tratando desse aspecto sociocultural, Uberlândia é privilegiada pela pluralidade de povos que historicamente por aqui chegam, passam, partem, retornam, e ocupam. E isso fica expresso na ampla diversidade cultural presente em nosso território, decorrente das inúmeras manifestações artísticas tradicionais, na produção teatral, na música, nas danças típicas, nas artes plásticas, na arquitetura local, na culinária, nas religiões, no folclore, nas nossas paisagens. Esta diversidade cultural é o principal elemento que caracteriza a cidade, e que forma a identidade de sua gente.

Nós temos as congadas, os terreiros, as danças de roda, o baião, as rodas de viola, a catira, as festas juninas, as quermesses e festas juninas, a folia de reis, as romarias, o carnaval, as rodas de samba e

pagode, a produção de Música Popular Brasileira, as batalhas de rima, os grupos de rap e hip-hop, a cena LGBTQIA+, os bailes funk. São gerações de artistas e agitadores culturais que sincretizaram e solidificaram nossas raízes nessa terra, contribuindo para a formação de um imaginário comum desse povo do Sertão da Farinha Podre.

Essas manifestações tradicionais, assim como as novas formas de expressão que surgem cotidianamente, se aperfeiçoam nos espaços e estruturas públicas de convívio e lazer. Nesse sentido, é essencial que esses espaços e estruturas estejam abertos, descentralizados, e acessíveis à população: nossas escolas, praças, teatros, tendas, galpões, parques, pistas, áreas verdes, calçadas, conchas e arquibancadas. Todas são estruturas essenciais para a expressão real da dignidade humana, tendo em vista que, se elas não existem, a vida das pessoas se resumiria ao trabalho e à subsistência. Precisamos de muito mais do que subsistir, precisamos viver e existir! Sem lazer, arte, e cultura, isso não é alcançado.

Em se tratando desse estado de bem-estar social, o acesso às práticas desportivas desde a primeira infância é elemento crucial de saúde física e mental, educação, desenvolvimento humano, e experimentação da cidadania. O esporte é, para a maioria das pessoas, uma das primeiras experiências de trabalho coletivo e empatia com as limitações próprias e alheias. Devemos garantir uma política que amplie e universalize as modalidades desportivas oferecidas nas unidades educacionais voltadas à juventude, bem como nos parques e centros de convivência e lazer da cidade. É essencial estimular a expansão das estruturas públicas para abarcarem essas atividades, bem como ampliação das especialidades técnicas inerentes a cada tipo de prática desportiva.

Uma cidade que quer combater a criminalidade e a desigualdade social investe em educação, cultura, lazer, e esporte. Uma cidade que quer combater o analfabetismo e o subemprego investe em educação, cultura, lazer, e esporte. Uma cidade que quer uma vida saudável e segura para seu povo investe em educação, cultura, lazer, e esporte.

E quando se trata de saúde e vida, o povo de Uberlândia não tem muito do que se orgulhar. Temos que defender o nosso Sistema Único de Saúde, que sobrevive dos esforços dos seus valerosos servidores, especialistas mal remunerados e sobrecarregados, que se arriscam na linha de frente dos genocídios cotidianos proporcionados

pelos descasos da gestão pública. A pandemia de 2020 expôs as vísceras desse projeto de sucateamento do sistema público, que resiste ao avanço dos lobbys das corporações privadas. A máfia dos planos de saúde segue onerando o sistema público de saúde e cooptando recursos públicos para satisfação de seus interesses. Enquanto isso, o pobre morre na fila do exame, não consegue atendimento especializado, não tem acesso aos medicamentos adequados, sofre e se debilita à espera de um procedimento cirúrgico.

É preciso otimizar o agendamento de consultas, com retornos e exames em curto prazo, não ultrapassando mais que trinta dias à espera desses serviços. Precisamos priorizar o atendimento com as mais diversas especialidades e técnicas regulares da medicina moderna. É preciso incluir as pessoas com deficiência, os doentes terminais, e idosos em nossos protocolos de caráter prioritário no município. Mais do que isso, é necessário conciliar o funcionamento das estruturas de saúde com os horários em que o trabalhador e a trabalhadora possam se consultar ou executar procedimentos, eletivamente, antes ou após seu turno laboral.

Imprescindível promover os núcleos de assistência aos vários tipos de demandas, como a saúde da mulher, do idoso, do adolescente, de pessoas com deficiências, do povo do campo, a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, entre outras especificidades.

Defendemos a municipalização completa da saúde, com total gestão por parte da Prefeitura, bem como a efetivação da participação popular através dos Conselhos e Fóruns de Saúde Pública, além do acolhimento aos anseios, dúvidas, e reclamações dos usuários e usuárias dos sistemas de ouvidoria. Precisamos cuidar daqueles que cuidam da nossa gente! Nesse sentido, defendemos a criação de um Centro de atendimento multiprofissional aos profissionais da área de saúde, para acompanhamento contínuo e facilitado dessa parcela vulnerável da população.

E quando falamos em vulnerabilidade, logo nos vem à mente aqueles que, embora sejam os que mais precisam da proteção e segurança do Estado, são os mais perseguidos, reprimidos, e coagidos pelo aparato coercitivo desse mesmo Estado. É a reprodução cotidiana que nos dá a certeza de que todo camburão tem um pouco de navio negreiro. Na nossa cidade, ainda existe aquela antiga concepção racista de que a cor da pele, as origens, as vestimentas, e o vocabulário definem o estereótipo do bandido. Aqui, a pessoa periférica ainda tem

“cara de bandido”. É o racismo estrutural que leva à radicalização da violência, à brutalidade policial, ao encarceramento em massa.

Estrutural também é o sexismo na nossa sociedade, que expõe as mulheres ao abuso sexual, físico, e psicológico. É estrutural a violência institucional contra nossas crianças e adolescentes, que ingressam na criminalidade por falta de educação, de oportunidades, de perspectiva de vida, de acesso, de auto-estima. A máquina de moer gente continua produzindo pessoas que não têm nada a perder, pois nunca possuíram nada, nunca foram nada, nunca existiram.

Nesse aspecto, a Segurança Pública possui três pontos essenciais para se produzir um bom projeto de gestão pública:

- ✓ O respeito à população - pensando sempre nas necessidades para a segurança de cada comunidade, bem como nos direitos de cada ser humano, sempre promovendo o diálogo com a sociedade.
- ✓ A estrutura material oferecida pelo Poder Estatal - relacionada à infraestrutura, emprego de tecnologias, qualificação profissional continuada em direitos e garantias fundamentais, desmilitarização e reorganização das estruturas de comando e inteligência; e
- ✓ O respeito ao servidor e servidora da Segurança Pública - enquanto trabalhadores e trabalhadoras, garantir o direito à uma carreira justa e compensativa, direito à segurança pessoal e à vida, direito à saúde e ao bem estar físico e mental.

A militarização serve, historicamente, como instrumento de proteção ao patrimônio e não à vida das pessoas. Além disso, o sistema militar, onde não há liberdade de pensamento de contradição dos comandos, tradicionalmente incute no imaginário do servidor militar a percepção de que ele opera em um ambiente constante de guerra, brutalidade, e violência generalizada. Isso destrói a saúde mental desses operadores, e garante a continuidade do grave cenário em que indivíduos completamente desequilibrados sejam lançados, fortemente armados, contra as populações periféricas. O PSOL defende a desmilitarização! O sistema de segurança pública vigente tem como premissa a máxima de vigiar para punir, e não para prevenir. Esse modelo, para além de todas as distorções trazidas, ainda produz, em grande parte dos agentes da segurança pública, a falsa concepção de que os discursos e projetos da extrema-direita dialogam com suas




ideias e necessidades, o que inviabiliza o debate programático com os setores progressistas da sociedade.

O debate sobre segurança pública, contudo, não se limita aos órgãos estabelecidos na Constituição Federal, ele é muito maior. O Estado oferece segurança quando promove e dispõe à sociedade estruturas essenciais de urbanização, como a iluminação pública, a fiscalização e monitoramento de atividades, construções, e benfeitorias; as organizações de moradores, e até mesmo a gestão dos vazios urbanos. Além disso, conforme amplamente asseverado no Eixo Dois desse Programa, a ressocialização dos detentos é um ponto fundamental para garantir a efetividade das políticas de segurança pública, diminuindo a reincidência das práticas ilícitas.











A partir dessas análises sobre os nossos serviços essenciais, sintetizamos a seguir as propostas que nortearão esse projeto de subversão das prioridades e privilégios na prestação desses serviços, que efetivamente garantem a porta de entrada da população à vida em sociedade, ao acesso à dignidade, ao bem-estar, à vida. Acreditamos que esses são os mais básicos e substanciais direitos do nosso povo!



EDUCAÇÃO

-  Garantir a Prefeitura Municipal como gestora dos estabelecimentos municipais de ensino, diminuindo, gradativamente, a transferência de recursos públicos para as Organizações Sociais privadas que hoje promovem a gestão das Instituições Municipais de Ensino.
-  Garantir a liberdade de expressão na escola, tanto para a plena manifestação do estudante, quanto para o pleno exercício da docência pelo professor. Defendemos a liberdade ao professor para adaptar o currículo às realidades socioeconômicas, planejar aulas e dinâmicas, tratar o conteúdo de forma crítica.
-  Garantir a valorização financeira e a formação profissional permanente para as trabalhadoras e trabalhadores da educação do município, comprometendo-se com o

pagamento do piso salarial nacional aos profissionais de educação.

-  Nomeação dos aprovados e aprovadas no concurso público de 2019.
-  Criação, em conjunto com as entidades de representação, de um Plano de Carreira adequado, justo, e condizente com a profissão.
-  Promover a reabertura de turmas da educação básica e de Jovens e Adultos (EJAs) na Zona Rural.
-  Construir, a partir do legado de Paulo Freire e das melhores práticas do nosso pensamento acadêmico, uma educação emancipadora, baseada no estímulo ao pensamento crítico e à formação de valores democráticos.
-  Construção de novas unidades e estruturas de educação básica e creches, ampliando as unidades já existentes, o número de servidores e servidoras, e o número de vagas disponíveis, de modo a garantir o acesso à educação pública, gratuita e universal para todas as crianças e jovens da nossa cidade.
-  Estabelecer consensos sobre iniciativas para elaboração de um procedimento eletivo e democrático para a escolha dos cargos de Direção nas unidades de ensino.
-  Fortalecer a parceria e o intercâmbio de experiências e serviços entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Federal de Uberlândia;
-  Garantir a transparência das informações sobre os gastos específicos da Secretaria Municipal de Educação, apresentando-as de maneira simples e didática.
-  Aplicação efetiva da Lei Nacional de Inclusão, em sua totalidade, concernente à constituição de uma equipe de especialistas concursados para acompanhamento permanente do processo de formação educacional de estudantes com deficiência e autodebilidade.
-  Aplicação efetiva da Lei 11.645/2008, no que tange à inclusão obrigatória do ensino sobre a história e cultura afro-

brasileira e indígena no currículo oficial da nossa rede de ensino.






- ☀ Articular e defender que o repasse de verbas para a educação, no contexto de pós-pandemia, não sofram diminuição de recursos com base nos indicadores de 2020.



CULTURA E ARTE



- ☀ Criar, ampliar, descentralizar, estruturar e promover acesso aos espaços urbanos e infraestruturas específicas de arte nas comunidades periféricas, valorizando e dando visibilidade às manifestações artísticas produzidas na periferia.
- ☀ Abrir os espaços já existentes, como escolas e centros públicos, para o convívio, lazer, e ocupação cultural pelas famílias aos fins de semana.
- ☀ Desburocratizar os editais de financiamento público de arte e cultura, oferecendo plataformas simples e intuitivas para propositura de projetos, contemplando iniciativas para eixos temáticos específicos, como as pessoas com deficiência, pessoas negras, pessoas periféricas, e LGBTQIA+.
- ☀ Promover circuitos e programas de arte gratuitos e acessíveis à população, criando a tradição de ocupação desses espaços e familiarização com as mais diversas linguagens.
- ☀ Garantir meios materiais para o contato e produção de arte nas escolas municipais, não só para as crianças e jovens, como também para a comunidade como um todo.
- ☀ Promover a ocupação artística e cultural das nossas praças, parques, áreas verdes, e espaços urbanos periféricos, através de um amplo calendário temático.
- ☀ Ocupar esse calendário com agendas de exposição de produções cinematográficas regionais; apresentações e oficinas de teatro, dança, música, e circo; festivais de





fotografia e de grafite; manifestações tradicionais do congado, da capoeira, do folclore, do povo negro e periférico; manifestações religiosas de todos os espectros; ocupações do orgulho LGBTQIA+; expressões culturais dos nossos imigrantes; eventos sobre educação ambiental, bem-estar social, saúde mental; entre diversas outras temáticas, que devem ocupar esses espaços.

-  Promover, junto às atividades, concursos e prêmios de incentivo à participação e produção de cultura e arte.
-  Criação de um circuito robusto para mostras estudantis de teatro, música, dança, circo, e grafite.
-  Criação de uma bolsa cultura para acesso e custeio, à juventude e pessoas socialmente vulneráveis, das atividades culturais variadas.
-  Criação de escolas e laboratórios de formação técnica continuada para os artistas e artesãos da nossa cidade.
-  Restaurar o feriado municipal de 20 de novembro como sendo o dia da Consciência Negra, afixando uma agenda cultural de atos públicos de cunho antirracista. Neste mesmo sentido, decretar o dia 12 de outubro, feriado nacional, como sendo também um feriado municipal, o Dia de Celebração a Oxum, com a garantia de acesso e espaços adequados à realização dos ritos tradicionais.

















LAZER E ESPORTE

-  Promover a revitalização das praças, calçadas, espaços urbanos, e infraestruturas de desporto já existentes, realizando a manutenção e ampliação dos equipamentos e da oferta de serviços.
-  Criar novos centros descentralizados para ensino e prática desportiva, bem como novas praças e calçadas, garantindo a oferta de instrutores qualificados para os mais diversos tipos de atividades de desporto e lazer.






-  Garantir a existência de todas essas estruturas de esporte e lazer nas regiões periféricas, bem como o acesso dessas populações aos eventos realizados nas estruturas centrais.
-  Garantir o acesso à internet pública e gratuita nas praças centrais, praças dos bairros periféricos, praças de distritos, e nos centros de convivência dos assentamentos rurais.
-  Criar um programa de promoção do esporte nas escolas, ampliando as possibilidades de modalidades desportivas, e promovendo o intercâmbio entre os estudantes atletas por meio de campeonatos.
-  Estruturar os nossos Parques, Áreas Verdes, e Unidades de Conservação Municipais, preparando-os e equipando-os para a visitação pública, além da criação de novas Unidades e Áreas Proteção da nossa beleza cênica, como cachoeiras, veredas, e covoads.



-  Horizontalização e transversalização do serviço público de saúde em Uberlândia, através da criação de novos centros de atendimento (UPAs, Hospitais, entre outros) às comunidades periféricas, aos distritos, às pessoas em situação de rua, aos assentados, e à população rural; contando também com a ampliação de novos leitos e especialidades nas estruturas já existentes.
-  Garantir a atenção primária, secundária e terciária, de maneira rápida e eficiente para todos e todas, bem como garantir a realização dos exames e retornos de maneira célere, além de subsidiar os medicamentos adequados.
-  Ampliar o contingente de trabalhadores concursados no nosso sistema público de saúde, garantindo ampla divulgação e transparência nos processos, além de fixar a carga horária dos trabalhadores da saúde em 30 horas semanais.





-  Realizar monitoramento de riscos e auditorias preventivas (Compliance) na gestão do nosso sistema de saúde pública, fortalecendo a participação popular por meio das ouvidorias.
-  Promover o desestímulo gradual dos repasses às Organizações Sociais, priorizando o investimento nas estruturas públicas estatais.
-  Intensificação do Programa Saúde da mulher, dos grupos de risco, e das pessoas com deficiência.
-  Incentivar a autogestão na saúde suplementar dos servidores públicos, revertendo a lógica privada dos planos de saúde hoje vigente. Incentivar a constituição de equipamentos de saúde voltados aos servidores, utilizando de forma democrática e transparente os recursos da saúde suplementar. Esta reestruturação proporcionará a melhoria da qualidade da saúde dos servidores, reduzindo o adoecimento e o absenteísmo.
-  Efetivar o atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU no município de Uberlândia.
-  Reativação do programa de distritos sanitários, e de estratégias em prevenção.
-  Criação de um Fundo emergencial de combate a pandemias e epidemias.
-  Ampliar os programas de atenção à saúde mental.
-  Ampliar as estruturas e o alcance dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e demais estruturas relacionadas à saúde mental e ao tratamento e acompanhamento psicológico e psiquiátrico.
-  A prefeitura municipal despenderá esforços para tratamento com canabidiol para pacientes de uso contínuo desses medicamentos, com prioridade para as famílias de baixa renda.
-  Garantir a presença de enfermeiras e enfermeiros obstétricos nas unidades básicas, de modo a oferecer à gestante o acompanhamento pré-natal, orientações e

preparos para um parto humanizado, garantindo o livre arbítrio após o aconselhamento.

-  Inclusão dos enfermeiros de especialidades diversas no atendimento ao público em sistema de consulta.
-  Garantir o atendimento odontológico especializado, contando, inclusive, com um serviço de urgência e emergência odontológico que opere 24 horas.
-  Estruturar um programa voltado ao ambiente escolar para prevenção e estímulo à saúde física, mental, e bucal.
-  Estruturar e ampliar o serviço de transporte de ambulância e demais veículos adaptados, para facilitar o deslocamento de quem precisa desse recurso para acessar o tratamento.
-  Promover campanhas de prevenção e educação conforme calendário nacional de ações, bem como desenvolver ações locais abrangendo outras temáticas de relevância.



SEGURANÇA PÚBLICA

-  Criação da Subsecretaria de Segurança Pública, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.
-  Garantir investimentos em estruturas públicas de iluminação pública e vigilância humanizada, além das políticas de educação, cultura, lazer, esporte, e pleno emprego como mecanismo de melhora da segurança.
-  Celebração de convênios com os órgãos de Segurança para formação continuada em Direitos Humanos, com enfoque na prevenção da violência e das estatísticas de mortes nas abordagens policiais .
-  Regulamentar a instalação dos sistemas privados de monitoramento em vídeo, de forma a prevenir ações de discriminação e estigmatização de parte da população.

EIXO QUATRO: ECOSSOCIALISMO E BEM VIVER!

Meio Ambiente, Agroecologia, Segurança Alimentar, Reforma Agrária!

A crise climática e a devastação dos nossos ecossistemas nativos é o grande desafio dos nossos tempos. Em uma realidade em que ainda fazemos a histórica luta de classes para garantir o acesso do povo às riquezas produzidas pelo trabalho coletivo, a grave ameaça que se coloca no horizonte aponta para um cenário em que os próprios recursos para essa produção de riquezas tendem à escassez e à extinção. E essa é uma crise que não vem isolada.

O desmatamento desenfreado e a exploração indistinta do solo e dos recursos hídricos para o desenvolvimento irresponsável de atividades agropecuárias, minerárias, e industriais, vem forçando os limites da capacidade de suporte do ambiente, o que conduzirá à ruptura tardia do próprio sistema de produção, mas não sem antes degradar o solo a níveis de completa inutilização dessas áreas. Não sem antes contaminar, assorear, e diminuir a disponibilidade hídrica dos nossos rios, represas, e nascentes, encarecendo o abastecimento das nossas comunidades com água potável, causando enfermidades na população para a qual não há abastecimento por água tratada, e ainda comprometendo o sistema de geração de energia hidrelétrica, do qual lastimavelmente ainda somos tão dependentes. Não sem antes poluir nossa atmosfera, alterar o regime de chuvas, alterar os padrões de umidade e qualidade do ar que respiramos, ocasionando doenças e síndromes respiratórias.

Um primeiro reflexo dessa urgência é o reconhecimento de que a parcela que mais sofrerá com a escassez de água, de alimentos, e de terras agricultáveis, é a população pobre, que já não possui acesso a esses recursos, mesmo em cenário de abundância dos mesmos. Mais uma vez, vemos outra faceta desse projeto de sociedade que empurra a fome, a doença, e a morte para as margens sociais. O segundo reflexo, que atinge até mesmo os mais favorecidos da nossa comunidade, é a constatação de o nosso país, o nosso estado, e, mais especificamente, a nossa cidade, dependem diretamente de um meio ambiente equilibrado, com terras agricultáveis, disponibilidade hídrica, e regime climatológico adequado, para desenvolvimento das atividades que são a base da sua economia.

É preciso garantir a universalização dos serviços de saneamento básico, concernentes no abastecimento de água potável encanada, e na coleta e tratamento da totalidade dos esgotos sanitários produzidos no município, financiando a pesquisa, estudo, e licenciamento de novas técnicas de disposição desse esgotamento sanitário, como a fertirrigação, de forma a diminuir a pressão desses lançamentos em nossos corpos hídricos e ecossistemas aquáticos.

É preciso universalizar a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos, conforme estabelece a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, mas não se limitando aos métodos tradicionais de aterramento desses rejeitos. A triagem, separação, e reciclagem desses resíduos aumentam a vida útil das estruturas de aterro sanitário, que são áreas já impactadas pela deposição de resíduos, além de diminuir a pressão pela exploração de novas áreas protegidas para extrativismo e produção desses mesmos materiais que estão sendo deliberadamente enterrados. Outra iniciativa para garantir o mínimo possível de rejeitos destinados ao aterramento é a coleta e tratamento dos resíduos orgânicos para produção de biofertilizantes naturais, seguros e baratos.

É preciso repensar a maneira como nos deslocamos, como temos um sistema de produção de energia baseado na queima e emissão de poluentes e gases do efeito estufa. Essa matriz energética fortemente baseada na produção hidrelétrica e na queima de combustíveis fósseis, além de ser insustentável e destrutiva, é autoritária e altamente centralizada nos poucos conglomerados que detêm o domínio dessas estruturas. Nós defendemos uma cidade energeticamente auto-sustentável, que produza energia solar nos domicílios, nos prédios comerciais, e nas estruturas públicas. Precisamos criar mecanismos de aquisição e redistribuição da energia obtida por biomassa e por biodigestão em nosso parque industrial. Precisamos modernizar a frota do serviço público de transporte, buscando alternativas e tecnologias que reduzam o impacto das emissões atmosféricas, bem como desestimular a expansão do contingente de carros em circulação na nossa cidade, tendo em vista um trânsito mais seguro, eficiente, e livre de impactos à saúde pública, livre de poluição sonora, e mitigando os fenômenos das ilhas de calor nos espaços urbanos.

É preciso estruturar e fomentar a fiscalização, monitoramento, e gestão técnica das atividades potencialmente poluidoras. Para tanto, é imprescindível termos uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente forte, atuante, e aberta à comunidade, com a instituição de princípios claros

que reorientem a atuação do Conselho de Desenvolvimento Ambiental de Uberlândia – CODEMA. Não podemos nos eximir de realizar uma análise crítica e pragmática daquilo que as normas ambientais atualmente dispõem como sendo de utilidade pública e de baixo impacto ambiental, afixando critérios tão permissivos à degradação ambiental, que gera cenários de antinomia e ineficácia factual das políticas públicas de preservação.

É preciso, ainda, implementarmos uma política de planejamento, manutenção e gestão da arborização urbana da nossa cidade, com ações embasadas em prescrições técnicas fundamentadas. A atual gestão vem promovendo uma política de mutilação e completa destruição do nosso patrimônio cênico, tudo porque, através de um contrato absurdo, que mensura os lucros da operadora das podas conforme o peso obtido nessas ações, o que vem propiciando a prática de podas drásticas e abusivas da nossa arborização, visando aumentar os lucros. Além da destruição da nossa arborização, ainda pesa a improbidade no uso dos recursos públicos. Precisamos ampliar e recompor nossas áreas verdes, promover a regeneração nos nossos parques e bosques municipais, e instituir novas unidades de conservação. Precisamos reintegrar o domínio público das Áreas de Preservação Permanente invadidas pelo interesse privado, colocando fim nesse modelo de constante lesão dos direitos difusos e coletivos para benefício daqueles que concentram influência e poder para cooptar até o próprio Estado na defesa de seus privilégios.

E quando se fala de concentração de poder e lesão aos direitos difusos e coletivos, impossível, sobretudo numa cidade como Uberlândia, não mencionar a estrutura ostensiva e opressiva do latifúndio, da terra concentrada, grilada, e dada a mãos beijadas. O Brasil ainda convive com esse cenário hediondo de injustiça socioambiental em pleno século XXI. Os latifúndios reúnem as terras abandonadas, as áreas degradadas pela falta de manejo e condução adequada, que acabam por desenvolver processos de compactação, desagregação, e erosão do solo, e conseqüente assoreamento e eutrofização dos rios, lagos, e nascentes.

O olhar sobre a realidade do campo em Uberlândia aponta para uma cidade em que predomina a monocultura ostensiva, com grandes propriedades e áreas contíguas aderentes a esse modelo. As vastas extensões de monocultura potencializam o surgimento e ocorrência de pragas e doenças que se espalham rapidamente por amplas regiões,

vez que não encontram barreiras de outras espécies de culturas que diversifiquem e equilibrem as relações ecológicas nessas áreas. Como resposta a esse problema sanitário, que advém do próprio sistema de modelo monocultural, os grandes latifundiários aplicam grandes concentrações dos mais diversos insumos agrícolas tóxicos ao meio ambiente e à saúde humana. São substâncias de efeito acumulativo nos organismos vivos, de difícil remoção nas rotinas tradicionais de tratamento de água, e que estão espalhadas por todo o território da cidade, em concentrações crescentes a cada análise. Onde há monocultura, há agrotóxico, e Uberlândia não dispõe de qualquer mecanismo para identificação e instituição de zonas livres de agrotóxicos.

É possível outra realidade de produção responsável, e essa realidade existe e resiste historicamente ao assédio violento do latifúndio e da monocultura. É a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária, com sua produção agroecológica, diversificada, orgânica, e acessível, que alimentam a nossa cidade. Cerca de 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa cotidianamente vêm das pequenas propriedades familiares e assentamentos rurais. É distribuição de alimentos de qualidade, e distribuição de riquezas na nossa cidade e região. O latifúndio produz para exportar, para acumular os lucros: a produção não fica aqui, os lucros não chegam até nós, mas a degradação ambiental e social fica totalmente por nossa conta.

Na esteira dessas lutas tradicionais, a diversidade de bandeiras dos movimentos populares presentes no nosso município demonstra a profundidade desse trabalho de organização e articulação das forças populares, destacando-se o MST, MLST, MTL, MPRA e Terra Livre, dentre outros. Estas organizações são algumas das que integram do Comitê Regional de Luta pela Terra no Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas.

Os assentamentos rurais do nosso município apresentam diversas características que denotam o total descaso das últimas administrações, no que tange às assistências básicas, como: conservação das estradas, coleta de lixo, saneamento básico, captação de água, transporte público eficiente, além de serviços básicos de saúde voltados às famílias assentadas, no sentido de oferecer maior celeridade nos atendimentos por motivos de mal súbito, acidente de trabalho, picada de animal peçonhento, entre outros casos que acabam resultando, na maioria das vezes, na perda dessas vidas, devido à demora no atendimento oferecido atualmente.

As crianças e jovens que estão em idade escolar devem comparecer às escolas urbanas, onde não se sentem contempladas, pois estas não retratam a dinâmica campestre, o que desestimula essas pessoas a continuarem frequentando as aulas, resultando em evasão escolar por não se sentirem parte daquele ambiente. Também neste sentido, não há acesso das famílias assentadas a manifestações culturais que retratem suas características e costumes, principalmente em exibição nos próprios assentamentos, tampouco projetos de iniciação a qualquer manifestação artística voltado à população campestre, sendo este também, um fator determinante para que o assentado migre, via de regra, para as periferias uberlandenses.

Não há qualquer incentivo público à produção, o que evidencia o esforço particular das famílias assentadas para produzir, escoar e comercializar seus produtos

No âmbito federal, o descaso com a reforma agrária vem se agravando desde os governos petistas, sofrendo agravamentos no governo Temer e o aprofundamento dos ataques aos movimentos que visam garantir os direitos adquiridos por lei pelo atual governo, que criminaliza estes grupos e reverbera os discursos violentos contra essas pessoas, a fim de defender os interesses do latifúndio.

Esta mesma lógica é aplicada pelo governo estadual de Minas Gerais, a exemplo do despejo violento de acampamentos históricos, como aconteceu em Campo do Meio.

Em Uberlândia, os assentados e assentadas – que produzem, frise-se novamente, 70% da alimentação básica da cidade – não contam com as políticas de incentivo e fomento à produção do alimento proveniente dos assentamentos, que poderiam se dar por meio de programas já existentes como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; o Programa Municipal de Alimentação Escolar – PMAE, e a parceria, via Cooperativas, para a entrega da produção na Central de Abastecimento da Agricultura Familiar (CAAF), porém, o que se vê é uma segregação contra estes produtores.

Pensar uma política de integração do campo com a cidade é, acima de tudo, pensar caminhos para garantia da segurança e soberania alimentar às nossas populações. Nesse sentido, é essencial o incentivo à ocupação dos vazios urbanos com hortas comunitárias, estabelecendo ciclos de cultivo em consonância com a produção que se dá nos assentamentos e nas pequenas propriedades da agricultura

familiar, de modo a garantir uma matriz diversificada de produção alimentar.

É preciso reestruturar e ampliar as competências e o âmbito de atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, de modo que tenhamos políticas públicas que garantam a produção contínua, durante todo o ano, dos produtos e alimentos que a Prefeitura precisa adquirir para subsídio da merenda escolar, das refeições hospitalares, dos restaurantes populares, dos presídios, dos abrigos e asilos, entre outras. Dessa forma, garantimos que os recursos públicos gastos com os serviços de alimentação nas instituições estatais permaneçam em circulação no nosso município, fortalecendo a economia local, e assegurando a compra da produção dos assentados, pequenos agricultores familiares, e olericultores urbanos.








Acreditamos que essas práticas e experiências de contato com a produção de alimentos é de suma importância para o desenvolvimento e ensino das nossas crianças e jovens. Por isso, defendemos a implantação de estruturas de hortas e estufas nas unidades escolares do município, oportunidade para introdução de noções sobre educação ambiental, segurança alimentar, preservação dos ecossistemas, introdução ao debate sobre o consumo de carne, o respeito aos direitos dos animais, e a bioética.









Esses são os pressupostos do Bem-Viver, um pensamento calcado na subversão radical da lógica de exploração, acúmulo, e confinamento da terra e do patrimônio natural no interior das cercas denominadas "propriedade privada". O Bem-Viver não aceita a propriedade privada como princípio inafastável, assim como não aceita as pseudo-políticas de desenvolvimento econômico que relativizam as garantias ambientais. O Bem-viver é uma construção universal de respeito a todas as existências; de reverência aos povos ameríndios, quilombolas, e ribeirinhos; de reivindicação pela garantia dos direitos dos animais; de reintegração do homem às dinâmicas naturais, devolvendo-o à natureza do pertencimento, não como aquele que está no topo de uma cadeia, mas como integrante dessas relações ecológicas. Nós somos uma biosfera, uma enorme comunidade de seres interdependentes entre si. Esse é o sentido do lema que melhor sintetiza o sentimento de Bem-Viver: na ética e na filosofia africana do Ubuntu, "eu sou porque nós somos!".







A seguir, apresentamos nossas propostas para superar essa lógica de destruição socioambiental disfarçada de desenvolvimento

econômico, visando a construção de uma sociedade mais responsável, saudável, segura, e empática.




-  Promover a universalização do serviço de abastecimento de água potável, bem como de coleta, tratamento, e disposição adequada dos esgotos sanitários.
-  Revisão da regulamentação dos usos da água para fins industriais e agrícolas, instituindo políticas progressivas de taxaço pelo perfil de consumo da água.
-  Revisão das condições do PREMEND - Programa de Recebimento e Monitoramento de Efluentes Não Domésticos, ampliando a participação dos empreendimentos produtores desses efluentes no custeio dos sistemas e projetos de revitalização dos nossos rios receptores.
-  Instituição de um Programa de reintegração de domínio das Áreas de Preservação Permanente urbanas, bem como promover a recuperação das matas ciliares e nascentes urbanas.
-  Criação de campanhas de monitoramento da água tratada oferecida à população, tendo em vista investigar a presença de agrotóxicos e substâncias persistentes, dando ampla divulgação aos resultados.
-  Conter a expansão dos usos imobiliários no entorno das represas destinadas à produção hidrelétrica, sobretudo os reservatórios das UHEs do Rio Araguari.
-  Criação de um programa de assistência técnica e subsídios para regularização dos sistemas individuais de disposição dos esgotos sanitários em zona rural, de forma a abolir o uso da fossa em câmara única, popularmente conhecida por fossa negra.

-  Estimular iniciativas de Cooperativas que atuem no recolhimento, segregação, reuso, e reciclagem dos materiais diversos presentes nos resíduos sólidos domiciliares, oferecendo alternativas de emprego e renda.
-  Elaborar campanhas de educação ambiental sobre os resíduos domiciliares, abordando a importância de se reduzir a produção, bem como promover a separação seletiva, além de conscientizar sobre as consequências dos descartes irregulares.
-  Defendemos a proibição da comercialização de descartáveis plásticos no nosso município, pelos impactos que sua dispersão gera nos ecossistemas, nos organismos, e no próprio corpo humano.
-  Promover a diversificação da matriz energética de Uberlândia, com uso de energia renovável e não-fóssil. Defendemos uma política de subsídio para garantir mais autonomia energética às residências e edifícios comerciais através da utilização de energia solar.
-  Regulamentação, com vistas a reduzir a poluição visual na cidade, do código de posturas relacionadas à afixação pública de anúncios comerciais, outdoors, e demais estruturas de comunicação que poluem e descaracterizam o ambiente urbano.
-  Fiscalizar o cumprimento das normas municipais sobre poluição sonora, contemplando um planejamento estratégico para readequação acústica de espaços coletivos, como escolas e ambientes de trabalho.
-  Criar e incentivar a utilização de aplicativos de serviços ambientais para usos diversos, desde denúncias de crimes ambientais, até dicas sobre olericultura, compostagem, pontos de reciclagem, expediente dos parques municipais, acompanhamento da arborização urbana, entre outros serviços.
-  Modernização e substituição da frota do transporte público desprovida de tecnologias de mitigação da emissão de poluentes atmosféricos.








-  Alteração do modelo de licitação para a poda e manutenção da arborização urbana, garantindo que não seja baseado no peso do material lenhoso extraído.
-  Elaboração do Plano Diretor da Arborização Urbana, orientando desde as espécies compatíveis com o ambiente urbano, até o planejamento conforme características de cada bairro e região, garantindo as melhores práticas e técnicas para escolha e gestão dessa vegetação.
-  Instituir um programa de Ecoalfabetização (Educação Ambiental não formal) permanente e continuada nos espaços diversos, tais como escolas, praças, universidades, condomínios residenciais, associações de bairro, bem como veiculação de campanhas pela imprensa local.
-  Proibição do uso, no território de Uberlândia, daqueles agrotóxicos que, embora permaneçam vergonhosamente admitidos no Brasil, foram banidos dos países que importam a nossa produção, sobretudo de nações européias.
-  Proibição da aspensão aérea de quaisquer tipos de agrotóxicos, mesmo aqueles que permanecerão admitidos no território municipal.
-  Criação de zonas completamente livres da aplicação de agrotóxicos, tendo como prioridades as áreas de veredas, de recarga dos aquíferos, de relevante beleza cênica e paisagística, de abrigo da fauna vulnerável ou ameaçada de extinção, no entorno das áreas de amortecimento de unidades de conservação, áreas próximas aos núcleos domiciliares da zona rural e urbana, entre outras áreas de interesse.














AGROECOLOGIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E SOBERANIA ALIMENTAR

-  Criação da Subsecretaria de Assentamentos da Reforma Agrária e da Pequena Propriedade Rural Familiar, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, com a atribuição de promover participação na gestão pública

municipal, além da integração entre o conjunto dos assentamentos e acampamentos rurais para que se fortaleçam como unidade coletiva na produção de alimentos e na celebração da vida.




-  Promover e buscar parcerias para instalação de equipamentos de educação no meio rural, possibilitando o acesso do ensino fundamental ao universitário, e a apresentação de conteúdos que visem a formação para a relação com a terra.
-  Promover recursos humanos e materiais que assegurem o atendimento preventivo de saúde da família, das mulheres, dos idosos, das crianças, e demais especialidades; através da instalação de unidades fixas de atendimento, além do atendimento itinerante nessas localidades.
-  Promover o transporte público gratuito de qualidade, criar, expandir e conservar as estradas rurais, garantindo o acesso aos acampamentos e assentamentos rurais, com a disponibilização de mais linhas de transporte.
-  Promover um programa de habitação no campo, com a construção de fossas sépticas, implantação de poços artesianos, sistemas de captação e reuso de águas pluviais, recolhimento dos resíduos domiciliares, dentre outros equipamentos e serviços pertinentes à dignidade dessas populações.
-  Subsidiar o acesso à energia elétrica na zona rural, assim como serviços de telefonia, redes de internet, e demais estruturas essenciais à integração do campo com redes de comunicação social.
-  Promover parcerias com os órgãos de segurança pública, no sentido de garantir ações especialmente articuladas para a segurança nos assentamentos e acampamentos, assim como nas comunidades rurais.
-  Subsidiar e incentivar a produção nos assentamentos e acampamentos rurais, promovendo o cooperativismo e fomentando o processamento e beneficiamento da colheita, garantindo a aquisição dos produtos e desburocratizando a compra direta pelo município.

-  Criação da Subsecretaria de Segurança e Soberania Alimentar, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, com a atribuição de promover políticas de subsídio para transição agroecológica na nossa produção rural, bem como fomentar a produção em hortas urbanas comunitárias, além de orientar a diversificação e aquisição desta produção.
-  Promover a reativação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.
-  Garantir, por meio da estrutura das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, o atendimento e consultoria técnica especializada sobre aspectos de produção, manejo, preservação, recuperação e licenciamento de atividades.
-  Criação de um Programa de incentivos fiscais à produção agroecológica nos espaços urbanos, com a criação de hortas comunitárias em espaços livres e terrenos baldios, além de treinamentos e oficinas para fomento às hortas domiciliares em quintais.
-  Estimular iniciativas de Cooperativas que atuem no recolhimento e beneficiamento dos compostos orgânicos de origem domiciliar, de forma a propiciar espaços de compostagem coletiva e produção de fertilizantes.
-  Criação das hortas escolares, com as práticas de cuidado e manutenção compartilhadas por toda a comunidade escolar, garantindo a inserção de assuntos correlatos ao meio ambiente, biologia, ecologia, e segurança alimentar no currículo programático do ensino municipal, de forma a familiarizar os estudantes, desde o início de sua formação, com esse espectro de conhecimentos e práticas que estão no cerne da nossa formação regional.
-  Incluir no calendário escolar e das instituições públicas o “Dia sem carne”, data em que será oferecida uma dieta com todos os substitutos nutricionais da proteína animal para, a partir disso, abrir um diálogo sobre a importância socioambiental e de saúde pública em se moderar o consumo de carne.

-  Elaboração de um calendário de formações públicas para divulgação de todas as tecnologias e métodos de produção agroecológica, como os sistemas agroflorestais, a permacultura, entre outros.
-  Elaboração de um calendário de eventos e festividades tradicionais relacionadas às épocas de colheita, de modo a aproximar produtores e consumidores, mudando nossa relação social com o alimento e com seus métodos de produção.
-  Elaboração de um calendário de eventos e festividades tradicionais relacionadas às épocas de floração das nossas árvores símbolo do Cerrado, como forma de celebrar a nossa paisagem e estimular práticas de compreensão e engajamento no diálogo sobre a preservação da flora nativa.
-  Garantir a compra prioritária da produção agroecológica, do campo e da cidade, para suprimento dos serviços públicos como a merenda escolar, alimentação em hospitais, abrigos, asilos, e presídios, nos restaurantes populares, e quaisquer outras estruturas que demandem esse dispêndio.



CAUSA ANIMAL

-  Fortalecer os programas de adoção e doação consciente de animais domésticos, garantindo incentivos às organizações que realizam o acolhimento e cuidado com os animais abandonados.
-  Fortalecer e ampliar os programas de castração de animais em condição de rua, para evitar a proliferação e resguardar a integridade dos animais.
-  Ampliar as políticas de fiscalização e punição a maus tratos e abandono de animais domésticos, criando amplos canais para denúncia dessas ocorrências.

- ☀ Fortalecer os programas de combate às zoonoses, ampliando a frequência de campanhas de prevenção, detecção, e tratamento.
- ☀ Criação de Centros para triagem, assistência veterinária, alimentação, e abrigo provisório para animais em condição de rua, encaminhando-os, após reabilitados, para adoção consciente.

EIXO CINCO: SUPERANDO A PANDEMIA!

O povo não serve ao capital, é o capital que deve servir à vida do povo.

Essa não é a primeira pandemia pela qual a humanidade passou, muito pelo contrário. Mas essa experiência, em especial, veio para nos revelar aquilo que a ciência já alertava há tempos: a devastação ambiental desequilibra as relações ecológicas e propicia o surgimento desses novos patógenos, dos quais nada sabemos e para os quais não temos cura. Mais do que isso, a desigualdade social e as situações precárias de saneamento básico é o que seleciona qual parcela da população vai perder a renda, a saúde, e a vida.

Diante da crise, nos guiamos sempre pelo critério de colocar a vida acima do lucro, e a defesa do isolamento social como a melhor forma de garantir êxitos contra o agravamento da pandemia, dada a incapacidade (leia-se desinteresse) das elites capitalistas em impedir a propagação do vírus. Defendemos o provimento de equipamentos de proteção individual para aqueles que pertencem aos setores de trabalhos essenciais, em particular ao sistema de saúde, a ampliação de direitos, de remuneração, de condições de trabalho e vida.

Defendemos a proibição das demissões e do rebaixamento salarial enquanto durarem os efeitos da pandemia. A União, o Estado e o Município devem garantir a renda social dos que perderam o emprego, ou tiveram diminuição de salário, ou que ficaram impedidos de trabalhar. Somos contra qualquer redução de direitos laborais e sociais que aumentem a exploração e a precarização, sob pena de

amargarmos consequências sociais ainda mais graves no pós-pandemia.

A quarentena deve ser acompanhada da garantia plena da sobrevivência por parte da União, do Estado e do Município. Com a criação de mais programas amplos de suporte aos que estão em subemprego e precarização, que não têm contrato regular de emprego, autônomos, vendedores ambulantes, artistas, diaristas e faxineiras, trabalhadores de frete, de entrega e de transporte por aplicativos.

Além das medidas de isolamento, a experiência de alguns países demonstrou que a testagem massiva da população é um poderoso aliado no controle e rastreamento dos contatos recentes com pessoas contaminadas, propiciando o rápido isolamento preventivo dessas pessoas sob suspeita. Propomos a ampliação de locais de testes e a distribuição gratuita de máscaras, luvas, álcool em gel e atendimento imediato aos que recorrem às unidades de saúde apresentando sintomas da Covid-19, além de isolamento rápido dos identificados. Nesse sentido, precisamos também de um controle rigoroso de testagem no aeroporto e na rodoviária de Uberlândia, tanto para controle dos que chegam, quanto para prevenir o espalhamento da contaminação com quem sai da cidade.

Defendemos a publicação de boletins diários, de maneira transparente, com o número de casos suspeitos, de infectados, em isolamento, total de óbitos, e percentuais de ocupação dos leitos da saúde. Realizar campanhas de conscientização sobre o isolamento social, sobre as medidas preventivas de proteção e higienização, e sobre os procedimentos para buscar auxílio médico especializado. Essas campanhas devem ser divulgadas em meio físico, afixadas no transporte, estruturas e estabelecimentos públicos, bem como em sítio eletrônico e na televisão aberta.

Defendemos a interrupção imediata da prestação do trabalho, em todas as esferas, dos(as) trabalhadores(as) idosos(as), com mais de 60 anos, gestantes, pessoas com doenças do trato respiratório, diabetes, hipertensão e demais condições pertencentes a grupos de risco, sem prejuízo do integral recebimento dos salários, pensão ou aposentadoria.

Somos pela instituição da Renda Básica Universal, nos moldes recomendados pela ONU (Organização das Nações Unidas), para todos e todas que precisem.

Reivindicamos que a Prefeitura Municipal de Uberlândia, via Decreto do Poder Executivo, destine recursos para disponibilização imediata de cestas básicas e vale gás às famílias de baixa renda, às pessoas vulneráveis, e em situação de rua, às populações indígenas do município, aos(as) moradores de assentamentos urbanos, rurais e ocupações, aos bairros periféricos, aos abrigos e asilos em geral, aos(as) ambulantes e outros(as) trabalhadores(as) informais, tanto aqueles que já possuem inscrição na SMDSHT, bem como dos(as) que não estão inscritos(as). Que neste último caso o procedimento de cadastramento seja concomitante ao primeiro auxílio, recorrendo, para isso, aos(as) trabalhadores(as) em Uberlândia, já evocados por decreto municipal recente para serviços públicos de urgência, enquanto durar a pandemia e os seus efeitos econômicos e sociais.

Pleiteamos o aumento da fiscalização trabalhista orientada a vistoriar as empresas com muitos trabalhadores(as) quanto às medidas preconizadas pelos organismos de saúde, especialmente de distanciamento mínimo, isolamento de pessoas com sintomas típicos, de ventilação para troca permanente de ar no ambiente, da disponibilização suficiente de lenços de papel, álcool em gel e sabonete, de prevenção da saúde física e psicológica de seus (as) trabalhadores (as), pois são muitos os abusos contra a vida dessas pessoas.

Defendemos que o INSS acate o diagnóstico médico de Covid-19 para a concessão de auxílio doença, independentemente da realização de perícia pelo órgão.

Defendemos a inclusão dos serviços de denúncia e suporte para mulheres vítimas de violência em tempos de pandemia.

Propomos a intensificação da preparação técnica, e aumento do contingente de profissionais essenciais, como na área de saúde, além da Polícia Rodoviária Federal, para assegurar o fluxo externo e a circulação de alimentos, remédios e equipamentos em todo o território nacional, configurando ações de primeira necessidade e não sujeitas às demais medidas de circulação de veículos e de outros produtos.

Acreditamos que os Poderes Executivo e Legislativo devem promover e construir frentes de trabalho em obras públicas, priorizando as que se relacionam com a crise na área da Saúde e de Segurança Alimentar, com o objetivo de combater o desemprego que tende a crescer ainda mais.

Exigimos respeito às organizações populares, sindicais, de bairro e religiosas, para que tenham autonomia para organizar os serviços comunitários durante o isolamento social, para que as medidas sejam compreendidas, acatadas e ativamente apoiadas pelos moradores. Essa auto-organização deve garantir a distribuição direta de alimentos e bens de consumo básico nos bairros, incluindo equipamentos de proteção para a pandemia. Exigimos diálogo, respeito e efetiva negociação imediata com os sindicatos dos trabalhadores - público e privado, como condição necessária para implementação das medidas de restrição de riscos.

Defendemos a proibição do corte de serviços de água e de luz por falta de pagamento, operando a isenção de pagamento de água para todas as famílias com renda de até quatro salários mínimos, enquanto durar a pandemia e os seus graves efeitos econômicos. Para essa mesma faixa de renda, autorizar ou intermediar, junto aos bancos públicos e privados, a suspensão de pagamento de dívidas bancárias e toda a natureza (principal e juros), e especialmente taxas, tributos e impostos em cobrança, enquanto durar a pandemia. Por decreto, ordenar a suspensão de despejo, particular ou judicial, de famílias com renda menor que a do DIEESE, também enquanto durar a pandemia e os seus efeitos econômicos e sociais.

Reivindicamos a manutenção do benefício, ampliação das bolsas, e o aumento dos valores do Bolsa Família e auxílio emergencial e sua extensão às famílias de baixa renda cujo arrimo seja trabalhador formal, desempregado ou informal, devido à pandemia e seus efeitos econômicos e sociais críticos.

Propomos que seja ampliado o Programa de Saúde da Família para atendimento domiciliar, as unidades básicas de saúde, de pronto atendimento (UAIS), e aos hospitais públicos, bem como incluir a operação das UPAS, mesmo que, para isso, algumas precisem ser concluídas e colocadas em funcionamento em ritmo de urgência.

Instamos, junto aos órgãos envolvidos e competentes, a suspensão de todos os processos judiciais de desocupação de sem-teto e de sem-terra em trâmite atualmente no município.

Reivindicamos o fortalecimento do SUS, com aporte de recursos para aquisição imediata de respiradores, de ventiladores e de instalações, de mais leitos simples e de UTI para enfrentar a curva pandêmica prevista para algumas semanas por todas as simulações de progressão da epidemia.

As pesquisas científicas e as linhas de produção têm que ser dedicadas ao interesse público: tendo um foco especial para os novos vírus que ameaçam a saúde, como os vários coronavírus, as influências e as epidemias que assolam os mais pobres, como tuberculose, sarampo, dengue, zika, dentre outros, e para a qual ainda não há vacina utilizável. Necessária também a articulação de órgãos de pesquisa e gestão para administrarmos as sequelas do COVID-19, promovendo o acompanhamento da população no período pós-pandemia.

Rechaçamos todas as medidas autoritárias, que militarizam as sociedades, os estados de exceção, a possibilidade de governar por decreto na cidade. Não deve haver nenhuma espécie de censura e as informações devem ser verificadas e avaliadas pelas organizações de trabalhadores e do movimento social, apoiadas por cientistas, médicos e especialistas idôneos sem vinculação com as grandes empresas e com os governos de turno. Reivindicamos que não haja nenhuma suspensão de direitos políticos, de reunião e manifestação, desde que atendendo às determinações sanitárias de prevenção definidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Somos contra a transformação da natureza em ativo financeiro. Defendemos o domínio do setor público sobre todas as riquezas naturais – incluída a água, um dos alvos mais terríveis das privatizações. Os modos de produção do agronegócio e da criação industrial de animais por confinamento, assim como o tráfico e exploração de animais silvestres, já provocaram várias epidemias pelo mundo. Estamos lançados à sorte, no que diz respeito às perspectivas sobre o que ainda poderá surgir a partir desse desequilíbrio, **e sobre como não estamos preparados, enquanto comunidade, para lidar com essa ameaça.**

